



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**LUIZ EDUARDO FURTADO VALENTE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO  
SUPERIOR: OS DESAFIOS NA PERCEPÇÃO DOS  
ALUNOS COTISTAS APÓS O INGRESSO EM UM  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE  
PÚBLICA.**

**REDENÇÃO – CE  
2020**

LUIZ EDUARDO FURTADO VALENTE

POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: OS  
DESAFIOS NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS COTISTAS APÓS O INGRESSO  
EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA.

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Graduação apresentado a Universidade  
da Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-brasileira como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Administração Pública.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antônia Márcia  
Rodrigues Sousa.

REDENÇÃO – CE  
2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Valente, Luiz Eduardo Furtado.

V154p

Políticas públicas afirmativas no ensino superior: os desafios na percepção dos alunos cotistas após o ingresso em um curso de graduação de uma Universidade pública / Luiz Eduardo Furtado Valente. - Redenção, 2020.

68f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antônia Márcia Rodrigues Sousa.

1. Educação - Ensino superior. 2. Políticas Públicas. 3. Política e Gestão da educação. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 379.81

---

**LUIZ EDUARDO FURTADO VALENTE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: OS  
DESAFIOS NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS COTISTAS APÓS O  
INGRESSO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE  
PÚBLICA.**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em  
Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Data da aprovação: 06/06/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profª. Drª. Antônia Márcia Rodrigues Sousa (Orientadora)**  
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Drª. Sandra Maria Guimarães Callado**  
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Drª. Rejane Felix Pereira**  
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

# **POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS COTISTAS APÓS O INGRESSO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA.**

## **RESUMO**

As políticas públicas de ações afirmativas tornaram-se realidade no ambiente das universidades públicas e por essa razão busca-se nesse trabalho de pesquisa identificar quais os desafios enfrentados pelos alunos cotistas durante a graduação em uma Universidade Pública Federal. Para tanto se apresenta o levantamento histórico sobre a construção do financiamento da Educação Superior Pública até os dias atuais. Em um segundo momento trata-se da construção e efetiva implantação das políticas públicas de cotas e os desafios enfrentados após o acesso por esses alunos cotista. A pesquisa de campo foi realizada com 50 alunos cotistas de um mesmo curso através de um formulário eletrônico. Revelou-se que há um distanciamento entre alunos e professores com relação a gastos com insumos e equipamentos. Que é necessária uma mudança na forma de propor atividades e que os alunos buscam soluções que os permitem arcar com os gastos necessários para sua formação. Conclui-se que mudanças na grade, na distribuição dos horários, e que o acesso a equipamentos e laboratórios podem melhorar a continuidade desses alunos na graduação.

Palavras-chave: Universidade Pública. Políticas Públicas. Graduação. Cotas. Custos.

# **AFFIRMATIVE PUBLIC POLICIES IN HIGHER EDUCATION: THE PERCEPTION OF QUOTA STUDENTS OF A GRADUATION COURSE AT A PUBLIC UNIVERSITY.**

## **ABSTRACT**

Affirmative action public policies became a reality in the environment of public universities and, for this reason, this paper tries to identify the challenges faced by quota students during their undergraduate studies at a Federal Public University. To accomplish that, the historical survey on the construction of funding for Public Higher Education is presented up to the present day. In a second step, the discussion is about the construction and effective implementation of public quota policies and the challenges faced after access by these quota students. The field research was carried out with 50 quota students from the same graduation course using an electronic form. It was revealed that there is a gap between students and teachers in relation to spending on inputs and equipment, as well as the need for changes in the way of proposing activities and that students look for solutions that allow them to afford the expenses necessary for their college formation. It concludes with the perception of the need for changes in the course grid, in the distribution of schedules, and that the access to equipment and laboratories can improve the continuity of these students in graduation.

Keywords: Public university. Public policy. University graduate. Quotas. Costs.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	- Variação acumulada do Orçamento das Universidades Federais .....	21
Gráfico 02	- Alunos da rede pública e renda familiar .....	34
Gráfico 03	- Vagas para ampla concorrência e cotas na UFC (base 2017) .....	35
Gráfico 04	- Vagas disponíveis aos cotistas de 2013.1 a 2020.1 .....	38
Gráfico 05	- Distribuição de vagas para o Curso de Arquitetura e Urbanismo .....	39
Gráfico 06	- Respostas ao longo dos semestres.....	48
Gráfico 07	- Representatividade das cotas dos alunos participantes ....	49
Gráfico 08	- Distribuição quanto à fonte de recursos financeiros .....	51
Gráfico 09	- Questões sobre abandono/trancamento e acompanhamento de disciplinas.....	52
Gráfico 10	- Taxa de Sucesso na Graduação – 2012 a 2018 .....	53

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>2 - REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>13</b>
2.1 <i>A educação superior pública: do império a redemocratização</i> .....	13
2.2 <i>O ensino superior de FHC até os dias atuais</i> .....	18
2.3 <i>As cotas enquanto política pública</i> .....	22
2.4 <i>O contexto social brasileiro</i> .....	23
2.5 <i>O marco legal das cotas no acesso ao ensino público no Brasil ...</i>	25
2.6 <i>A jornada do aluno cotista no ensino superior</i> .....	26
2.7 <i>O aluno vulnerável</i> .....	28
<b>3 - O AMBIENTE DE PESQUISA</b> .....	<b>31</b>
3.1 <i>Uma Instituição Federal de Ensino Superior</i> .....	31
3.2 <i>As cotas na UFC</i> .....	32
3.3 <i>O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC</i> .....	35
3.4 <i>A distribuição das cotas para o Curso de Arquitetura e Urbanismo</i>	37
<b>4 - METODOLOGIA</b> .....	<b>41</b>
4.1 <i>Instrumento</i> .....	44
<b>5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>47</b>
5.1 <i>Os sujeitos na pesquisa e sua permanência na graduação</i> .....	48
5.2 <i>O relato dos sujeitos da pesquisa</i> .....	50
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>60</b>
<b>7 - REFERÊNCIAS</b> .....	<b>64</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A arte de exercer a Administração Pública como uma ciência, para além de sua amplitude e complexidade, perpassa aquilo que a define em três grandes linhas de raciocínio: uma atividade capaz de encontrar as respostas para o “como administrar”, de “como gerir a política” envolvida nos processos e sobre o “como desenvolver sua função crítica”, capaz de questionar os seus próprios feitos para além da vontade dos seus governantes (JUNQUILHO, 2010).

Diante desse entendimento sobre para que se destina a Administração Pública, uma das suas áreas mais importantes de sua atuação é aquela que trata da Educação. Dentro dos pilares de trabalho da gestão pública o Ensino Superior lidou, no contexto histórico, com as mais variadas mudanças, desde a sua inclusão enquanto serviço público essencial, como na forma do seu financiamento e das políticas de acesso das mais variadas camadas sociais da população a todos os níveis de ensino.

Nas últimas décadas a estruturação de políticas afirmativas que permitiram uma reserva de vagas no acesso a graduação, tomou o tônus de uma política pública bastante controversa na sociedade. Na opinião pública, segundo os estudos de Vidigal (2016) apontam para uma necessidade de maior conhecimento político e de um maior reconhecimento social para que exista um engajamento positivo da sociedade para com a adoção das cotas.

Dentro desse ambiente de contestação entre os que são favoráveis ou não a adoção de cotas é que a política pública deve se submeter ao terceiro processo alertado no início desse texto, que enfoca justamente a visão crítica sobre a sua execução em busca de melhorias nos processos.

Nesse contexto esse trabalho de pesquisa busca um maior entendimento sobre quais os desafios enfrentados por esses alunos oriundos das políticas de cotas de acesso ao ensino superior dentro das Universidades Públicas, pois a questão relativa ao acesso parece ter sido sanada com a política afirmativa, mas a mesma não se debruça sobre o que ocorre com cada aluno depois dessa etapa vencida.

Assim, entende-se que a chegada dos alunos ao ambiente universitário é marcada desde o princípio com as incertezas referentes aquela escolha profissional e dos desafios pelos quais todo aluno cotista deve enfrentar no seu caminhar acadêmico que envolve o acolhimento dado pelos novos colegas e suas relações com os profissionais técnico-administrativos, seus professores e a própria Instituição.

Nesse ambiente, um novo patamar de oportunidades se abre a partir dessa conquista ao ensino superior público: ocorre o acesso às novas tecnologias e a infraestrutura da própria Universidade, uma variedade de acesso as mais diferentes atividades de extensão, a construção de uma autonomia pessoal pela qual passam a gerenciar a sua vida institucional, o amadurecimento enquanto jovem no caminho da vida adulta e sua atuação como futuro profissional membro da sociedade, do estabelecimento de técnicas de trabalho coletivo e interdisciplinar e ainda do conjunto de esforços necessários para que possa garantir a sua manutenção nos bancos da faculdade.

Essa visão, desenvolvida a partir de nossas atividades dentro do ambiente universitário, nos permite observar de muito próximo o cotidiano desses alunos e professores. Como membro do corpo técnico-administrativo de uma Universidade Pública, essa aproximação permite ainda uma leitura crítica e questionadora, principalmente quando percebemos as mudanças provocadas no perfil dos alunos ingressantes ao longo dos últimos anos.

Para colaborar com esse raciocínio, alguns estudos recentes apontam no sentido de que de fato não há um cuidado específico para com os alunos oriundos das cotas, evidenciando não haver de forma institucionalizada ações exclusivas no âmbito mais estreito da relação aluno/professor em sala de aula. Pesquisa de Ribeiro *et al.* (2016) constata-se que mais de 70% entre estudantes e professores não identificam medidas didático-pedagógicas que as universidades possam propor a fim de melhorar o desempenho acadêmico do estudante cotista e que 80% desse corpo discente sequer recebe acompanhamento especial para atingir os objetivos propostos.

De fato, Observa-se durante o processo de elaboração dessa pesquisa a carência de estudos semelhantes ao que estamos propondo. O que há em sua maioria são trabalhos onde se ressaltam o tema da comparação de rendimento entre cotistas e não cotistas, sobre a validade de ações afirmativas e as mais diversas comparações entre esses dois públicos no acesso a graduação como forma de validar a política pública.

Essas mudanças na relação entre alunos, professores e o curso de graduação, ocorrem justamente em face de todo o conjunto de avanços nas políticas públicas adotadas pelos últimos governos a fim de estabelecer um percentual significativo no número de vagas para atender um conjunto específico da sociedade que até então ficava a margem do processo de acesso ao ensino superior público e gratuito.

Uma parcela significativa desses novos ingressantes passou a ser atendida pelas políticas de cotas no ensino superior para as Instituições públicas, entretanto a garantia de acesso não pode ser confundida como garantia de continuidade desse aluno na graduação. Nossa percepção diária permitiu construir algumas hipóteses que questionam justamente as dificuldades encontradas por esse perfil de aluno no ambiente universitário e dessa maneira busca trazer a tona o relato da situação que observamos no cotidiano dos alunos e que apresenta algumas preposições que podem ajudar à tomada de decisão na Administração dessas Instituições públicas. Para tanto cabe à pergunta após o acesso a Universidade Pública: **quais os desafios encontrados pelos alunos cotistas após o ingresso em um curso de graduação?**

Por essa razão essa pesquisa tem como objetivo geral identificar os desafios encontrados na visão dos próprios alunos que envolvem a sua vida acadêmica em uma Universidade Pública e dentre os objetivos específicos espera-se (1) identificar os principais fatores condicionantes que estão diretamente relacionados na relação deles com o professor/curso, (2) identificar as variáveis que envolvem a própria administração da vida acadêmica enquanto discente e (3) as ações desenvolvidas por esses mesmos alunos para superar essas dificuldades.

O processo metodológico adotado nesta pesquisa a fim de alcançar os objetivos propostos, envolve uma pesquisa de campo, através de uma abordagem qualitativa na qual se faz uso de uma ferramenta de questionário online com perguntas abertas sobre o tema, de forma a esboçar um quadro das percepções do grupo pesquisado.

O trabalho está dividido em 6 capítulos, no capítulo 1 – Introdução apresentamos os fatores motivadores para a realização desse trabalho, com a pergunta original e os objetivos da pesquisa; O capítulo 2 inicia o referencial teórico tratando do aspecto histórico da educação superior desde o império até a recente democratização, contextualizando as mudanças ocorridas no ensino superior desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até os dias atuais, um novo subcapítulo aborda as cotas enquanto política pública, descreve-se o contexto social brasileiro, os marcos legais no acesso ao ensino público, a jornada do aluno cotista no ensino superior até concluir essa etapa do trabalho com a abordagem sobre o aluno vulnerável dentro do ensino superior.

O capítulo 3 desenvolve-se entre 4 outros subcapítulos abordando o ambiente de pesquisa e apresentando a Instituição Federal de Ensino Superior alvo dos estudos. Depois se desenvolve como as cotas foram estabelecidas nessa Instituição, identifica-se o curso no qual será realizada a pesquisa, fechando essa etapa sobre como as cotas são distribuídas nesse curso.

O capítulo 4 aborda as questões metodológicas e o instrumento usado na pesquisa. O capítulo 5 inicia a apresentação dos resultados como os sujeitos na pesquisa e sua permanência na graduação, finalizando com um subcapítulo que aborda o relato dos sujeitos da pesquisa. O capítulo 6 encerra essa jornada com as considerações finais e apresenta-se ao final do trabalho as referências usadas durante esse estudo.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A próxima etapa desse trabalho busca construir a linha do tempo que trata do financiamento do ensino superior no país, partindo do fim do período imperial até os avanços e retrocessos que marcam todo o período republicano.

Descreve-se ao leitor o processo histórico de construção do financiamento do Ensino público, em especial das Instituições de ensino superior mantidas pela União. Enfatizam-se os eventos promovidos pelo governo federal nas Universidades públicas nos ciclos dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva que culminaram com a adoção das cotas, para apresentar os primeiros movimentos práticos das políticas públicas e das bases legais que firmaram o incremento das cotas no ensino superior.

Para delimitar nosso campo de pesquisa apresenta-se o contexto de uma Universidade Pública Federal com relação à adoção das cotas e em especial o cenário histórico do nosso ambiente de pesquisa específico em um curso de graduação. Para concluir faz-se a apresentação da metodologia aplicada ao estudo e apresentam-se os resultados obtidos com os atores do ambiente pesquisado, as percepções obtidas a partir desse resultado e as conclusões que são possíveis de se aferir diante do cenário estudado.

### **2.1 - A educação superior pública: do império a redemocratização**

A estruturação do ensino superior no Brasil ocorre numa janela temporal muito posterior a realidade dos outros países da América Latina. Na realidade a construção da educação pública no Brasil sempre dependeu das questões políticas e da importância dada por esses governos à sua consolidação e financiamento, o que refletiu também nas políticas para o ensino superior.

Vieira (2007) em sua pesquisa sobre “os documentos de política educacional no Ceará, desde o Império até a República” apresenta um levantamento substancial sobre a Educação nas Constituições Brasileiras e

destaca, sobretudo, os aspectos legais que pautaram a formulação dessas políticas públicas no setor desde então.

Ainda no século XIX pouco se escrevia nas cartas magnas sobre o tema Educação. Em 1824, ainda no período imperial, nossa primeira Constituição fazia apenas uma breve menção em dois artigos da carta, determinando que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (art. 179, § 23) e sobre o fato de que será nos “Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes” (art. 179, § 33).

De fato Rocha, Sousa e Costa (2018) destacam que não havia universidades, pois as escolas profissionais tratavam de formar os profissionais necessários ao Estado e as elites locais como advogados, engenheiros e médicos, fazendo com que as Instituições de Ensino Superior só venham a ser criadas após 1808 com a chegada da família real portuguesa.

Vieira (2007) aponta ainda que na Constituição de 1891, a primeira do recém-iniciado período republicano, elabora marcos que se fazem presentes ao longo da formulação das políticas educacionais brasileiras, entre elas a de determinar para o governo da União a responsabilidade pela Educação Superior sem por outro lado suprimir que os Estados da federação possam constituir suas próprias universidades.

Essa condição não previa uma uniformidade mínima que abrangesse todo país, pois nem todos os entes federados possuíam a mesma capacidade de investimentos em razão do liberalismo político, econômico e educacional. Naquela época “as escolas mais beneficiadas eram as que se encontravam na região Sudeste, onde havia concentração de capital gerado pelas fazendas de café”. (MELO, 2012)

O autor descreva ainda que somente na Constituição de 1934 é que a educação recebe mais atenção, com 17 artigos versando sobre o tema que em linhas gerais traça as diretrizes da educação nacional, com a construção de um plano nacional abrangendo todos os graus e especificidades. Neste contexto é que pela primeira vez se trata do financiamento da educação formulando-se um percentual mínimo de dez por cento por parte da União e da visão liberal de apoio ao estabelecimento de instituições particulares de educação.

A constituição de 1937 por outro lado pauta-se por centralizar os moldes da educação nacional ao mesmo tempo em que torna sua responsabilidade pública algo de segundo plano, a fim de que às ações privadas tomem relevância. Para Vieira (2007) “é clara a concepção da educação pública como aquela destinada aos que não puderem arcar com os custos do ensino privado”.

Neste cenário, o ensino vocacional e profissional torna-se prioritário e a gratuidade estabelecida nos movimentos anteriores passa a ser uma exceção somente para aqueles incapazes de arcar os recursos necessários, tornando assim a “educação gratuita como a educação voltada para os pobres”.

Várias são as transformações que se observam na Constituição de 1946. O novo cenário político local, agravado pela Segunda Guerra Mundial, promove o movimento reconhecido como redemocratização. Estabelecem-se medidas acerca do ensino fundamental, o ensino normal e o ensino agrícola, consolidando-se à União o poder de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Neste contexto se insere o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e mais uma vez a lei máxima do país infere os percentuais mínimos necessários de suas receitas para manutenção e desenvolvimento do ensino, de nunca menos do que dez por cento para União e nunca menos do que vinte por cento para Estados, Municípios e Distrito federal.

Para Vieira (2007) o ano de 1967 consolida a elaboração de uma Constituição em um momento onde “o país volta a mergulhar numa fase marcada pelo autoritarismo”. Na visão de Fávero (2006) a reforma universitária que surgiria no início de 1968, ocorre em virtude da mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, que exigem do Governo medidas no sentido de buscar “soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente dos excedentes”.

Assim a partir desses movimentos é concebida a reforma do ensino superior através da Lei nº 5540/68, que objetiva responder as demandas crescentes por ensino superior, mediante uma gestão centralizada. O escopo

do texto determina ainda que os diferentes graus de ensino sejam ministrados pelos poderes públicos e inserem de forma mais veemente o conceito de “Educação como um direito de todos” sendo respaldada “como dever do Estado”.

Nesse período também fica evidente a ação em forma de subsídios dos poderes públicos frente às iniciativas privadas de ensino, tanto nas questões técnicas como as de aspecto financeiro, mediante concessão de bolsas de estudo. Nesse mesmo tempo, porém o Governo desvincula os percentuais mínimos de participação de cada ente do Estado que estava determinado na Constituição de 1946, fato esse que só retornar a ser vinculado a partir da década de 80.

Já em 1983 uma Emenda Constitucional restabelece os percentuais necessários ao financiamento do ensino público. A Emenda Constitucional nº24/1983 estabelece que a união deva aplicar “treze por cento, o os Estados, o Distrito Federal e os Município, vinte e cinco por cento” no mínimo de suas receitas para manutenção e desenvolvimento do ensino (EC nº 24/83, art. 176, § 4).

Essas idas e vindas das políticas públicas no cenário nacional nada mais são do que reflexos do contexto histórico e político pelas quais passam a nossa sociedade, pois:

[...] as políticas muito frequentemente emperram devido à competição interburocrática; ou são fragmentadas em áreas de controle de cada agência, na busca de uma convivência pacífica; ou, finalmente, estabelecem-se superposições que levam à baixa racionalidade e ao desperdício de recursos. Outra característica recorrente é a descontinuidade administrativa, ou seja, a constante interrupção – formal ou informal – das políticas, com o seu frequente abandono e/ou substituição por estratégias até mesmo opostas àquela inicialmente adotada. (RUA, 2012).

O ano de 1988 torna-se marcado pela promulgação da Constituição Cidadã, a primeira pós-período militar, que trás consigo a mais extensa amplitude acerca do assunto educação lidando com as suas várias modalidades, níveis e conteúdos.

Para Vieira (2007) é nela que se aborda a questão que “trata sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Em seu

artigo 205 enfatiza que a educação é um “direito de todos e dever do Estado”, determina ainda a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” e torna-se a primeira Carta Magna a tratar da autonomia universitária, quando estabelece em seu artigo 207 que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Vieira (2007) descreve que mais uma vez são estabelecidos montantes mínimos de vinculação de recursos para a educação doravante num patamar de nunca menos que dezoito por cento para a união e de vinte e cinco por cento para Estados, Municípios e o Distrito Federal mantendo-se livre a participação da iniciativa privada desde que dentro das normas gerais definidas pelo Estado e com o poder público autorizando e avaliando sua qualidade. Cabe ainda a possibilidade de transferência de recursos públicos para entes privados através de bolsas para os mais variados níveis.

A autora descrê ainda que após o fim do período militar o Brasil passou por momentos conturbados na sua reinserção ao regime democrático pleno. Em um ambiente marcado pelo movimento “Diretas Já” a nação viu a morte de Tancredo Neves, aquele que seria o seu o primeiro Presidente não militar ocorrer dias antes de sua posse, passando pelo delicado período da gestão em época de hiperinflação do seu então vice-presidente José Sarney. Em continuidade a esse momento:

Triste desfecho teve o primeiro governo civil eleito diretamente no Brasil, em 1989, depois de duas décadas de ditadura militar e uma problemática transição para a democracia. Com efeito, o presidente Fernando Collor de Melo (primeiro civil eleito diretamente depois de 20 anos de ditadura militar) foi destituído de seu cargo e teve os direitos políticos cassados por decisão do Congresso Nacional, apoiado por inédita manifestação popular em todo o país. (CUNHA, 2003).

Flores (2017) relata que outro vice alcança o status de Presidente da República. Itamar Franco assume a gestão pública do Brasil tendo como um dos seus principais feitos à introdução do Plano Real, o plano econômico que levava o país ao seu primeiro grande período de estabilidade da moeda. Sua breve estadia no poder garantiu, além dos primeiros passos para a estabilidade

econômica, os dois próximos mandatos como Presidente da República ao seu então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Para a autora a concepção neoliberal da gestão de FHC em oito anos moldaria aquilo que seria o momento de maior expansão do ensino superior, principalmente das Instituições privadas. Seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva, em seus oito anos de mandato, daria continuidade a expansão do ensino superior, porém com um viés que ampliaria também o número de Instituições públicas e aumentaria o número de vagas nas universidades públicas.

## **2.2 - O ensino superior de FHC até os dias atuais**

Em se tratando do Ensino Superior, o Governo de Fernando Henrique Cardoso foi pautado por um novo estilo de desenvolvimento que buscava o papel econômico da educação proveniente do progresso científico e tecnológico a partir do topo, porém desprestigiando o ensino público. Fazia-se necessário, entre outros, uma revolução administrativa com o uso mais racional dos recursos, aumentando os cursos noturnos para melhor utilização a sua capacidade ociosa. Havia um olhar obscuro para as Instituições públicas de ensino superior, pois:

A proposta referia-se negativamente à rede federal de ensino superior, que precisaria ser revista, silenciando-se quanto ao conjunto do ensino privado, que é majoritário e, inegavelmente, de qualidade bem inferior. Assim, dizia ser inaceitável que a rede federal consumisse de 70% a 80% do orçamento do Ministério da Educação (uma estimativa, aliás, bastante exagerada) para atender apenas a 22% dos estudantes de graduação. (CUNHA, 2003).

Para Mattei (2014) vários indicadores apontavam negativamente para esse período mesmo com a crescente demanda pelo ensino superior: a proibição de contratação de professores e de técnicos administrativos; nenhuma expansão no número de vagas; nenhuma nova Universidade ou campi; cortes sequenciais no orçamento; salários dos profissionais das IFES congelados provocando inúmeras greves; programas de qualificação docentes ou bolsas para estudantes restritos; além do viés de expansão do ensino superior privado com a transferência de recursos públicos para essas Instituições.

As reformas educacionais promovidas nessa época foram influenciadas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O BM defendia a importância de reformas educacionais para consolidar a democracia liberal e promover a estabilidade política, uma vez que na visão deles uma população educada teria maior chance de mostrar interesse e envolvimento na condução política do país e assim seria mais fácil fazer escolhas corretas e cobrar a responsabilidade dos políticos quanto às promessas de campanha eleitoral. Diante disso o BM defendia que a reforma educacional contribuiria para a estabilidade política, na medida em que poderia garantir oportunidade igual a todos os cidadãos, pois ao investir e melhorar a qualidade da educação seria possível manter o apoio de eleitores às reformas econômicas como a privatização e a liberalização comercial. (ROCHA; SOUSA; COSTA, 2018).

As duas próximas gestões do governo federal estariam a cargo de Luiz Inácio Lula da Silva no intervalo entre 2003 a 2010 e que receberia de seu antecessor dois aspectos que destacamos como marcantes: a demanda crescente pelo ensino superior e a concepção ainda inicial de um exame nacional do ensino médio, o ENEM.

Para Aguiar (2016) o momento inicial da gestão Lula foi marcado por uma continuidade dos principais pontos atribuídos a gestão de FHC relacionada ao ensino privado, ao mesmo tempo em que se percebia a necessidade de se recompor os recursos financeiros e humanos das Instituições públicas.

Uma proposta de reforma universitária foi concebida - mas jamais concretizada - e que buscava em suas bases criar um marco regulatório para a Educação Superior no país, preconizar um sistema eficiente de financiamento para o parque universitário federal, assegurar a autonomia universitária tanto para o ente público quanto privado e em especial consolidar a responsabilidade social da educação superior, mediante princípios normativos e assistência estudantil (BRASIL, 2006).

Um dos feitos mais impactantes e mais controversos da gestão Lula foi a concepção e execução do projeto PROUNI, o Programa Universidade para Todos, que conforme define o MEC (2019) “oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior”.

Na realidade, como bem vimos no levantamento histórico adotado pelos governos ao longo dos anos, trata-se mais uma vez da transferência de recursos públicos ao setor privado, dessa vez “incentivando a privatização do sistema de Ensino Superior, à falta de controle público sobre a qualidade das instituições participantes e as bolsas concedidas, ao reforço da política discriminatória, que relega uma educação de baixa qualidade (privada) para a população mais carente, à precariedade das políticas de manutenção no sistema do estudante atendido” (AGUIAR, 2016).

Para o autor destaca-se ainda o REUNI, Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que provocou, entre outros, o aumento de 60% no número de vagas, a expansão dos campi e dos cursos também no período noturno. Para além da contratação de novos profissionais para as Instituições de Ensino Superior, outro fator marcante foi a ampliação e democratização ao acesso contemplando inclusive as populações que, por razões econômicas e/ou raciais, foram relegadas ao longo do tempo na adoção de uma nova política pública: as ações afirmativas de acesso ao ensino superior.

A efetividade das vagas destinadas às cotas ocorre por força da lei gradualmente em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) já a partir de 2012, durante a gestão da então Presidente Dilma Rousseff. Com a continuação das políticas públicas anteriores, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2014 alcança um recorde de 9 milhões de inscritos, pois como destaca Espínola (2014) uma característica do governo Dilma para com o ensino superior é que “ela amplia os programas criados por Lula, aumentando as vagas para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU)”.

Mancebo (2017) descreve, para efeito do nosso estudo, a questão da crise política que se instaura no governo federal, logo após o início do segundo mandato do Governo Dilma. Torna-se importante pontuar que ela eclode ainda em 2015 e poderá influir no resultado da pesquisa, entretanto não iremos abordar o contexto político que desenrolou o processo visto que, mesmo sendo muito rico em detalhes, ele foge da proposta final desse trabalho que busca entender a percepção do aluno após o seu acesso à universidade pública e a

todo o conjunto de políticas desenvolvidas em nível de governo e das próprias Instituições.

De fato o conturbado clima político ainda na eleição presidencial de 2014 se eleva para uma crise econômica nos anos seguintes, permanecendo até a presente data da construção dessa pesquisa e que foi maximizada por outros eventos mundiais. O aspecto econômico trouxe reflexos mais perceptíveis a toda a população e resultou em cortes em todo o orçamento público fruto da baixa arrecadação.

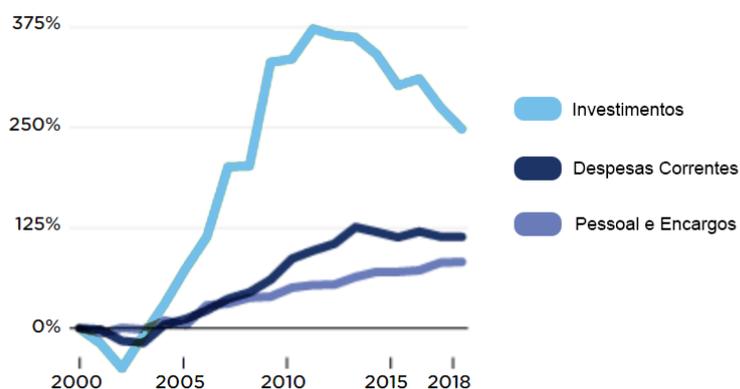
Com a conclusão do processo de impeachment, a mudança de governo adota, de imediato, medidas restritivas ao orçamento, buscando conter o chamado “rombo nas contas públicas”. A busca pelo “equilíbrio fiscal” estabelece o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 95/2016 “sob a ótica da estrutura capitalista e liberal que prevalecem na sociedade brasileira” (AMARAL, 2017).

Transformada em PEC nº 241/55 a proposta, chamada de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos congela por um período de vinte anos o aumento real nos gastos com educação, uma decisão que na contramão do processo de expansão universitária, fazendo com que:

[...] esse arranjo normativo que se propõe tem o potencial de reduzir a intensidade ou mesmo encerrar, durante boa parte de sua vigência, o paulatino processo de incremento da atuação dos governos federais na ampliação da oferta de serviços públicos na área educacional. Trata-se não apenas de uma priorização da área a partir da discricionariedade dos administradores, mas efetiva exigência da Constituição Federal, que atribui aos direitos sociais o caráter de direitos fundamentais, aqueles a que o Estado deve, prioritariamente, voltar sua atenção. (GOMES, 2016).

Em 2019 já na posse do novo governo, outro impacto negativo, elabora-se uma série de medidas chamadas de contingenciamento na casa dos 30% do orçamento discricionário dessas Instituições. Jornais, revistas de circulação nacional e entidades representativas das Instituições alertam que as IFES sofrem então um duro golpe no montante do que possuíam para realizar outros tipos de gastos, fazendo com que busquem medidas para minimizar os impactos negativos na atualidade e os desfechos que ainda vão reverberar nos próximos anos. O gráfico a seguir explica a curva na variação do orçamento das universidades federais desde o ano 2000:

Gráfico 01 – Variação acumulada do Orçamento das Universidades Federais



Fonte: adaptado pelo autor através das informações do portal Nexu (2019) sobre a base de dados do Ministério da Educação (MEC)

Diante dos fatos é esse o cenário de avanços e retrocessos ao longo do tempo em que ocorre a expansão das universidades públicas federais. Os últimos vinte anos caracterizam também o maior movimento em direção à necessidade da construção de políticas compensatórias para uma parcela da população que se via a margem do ensino superior gratuito.

Se por um lado, diversas formas de financiamento obrigavam o endividamento dos estudantes ou se a concessão de bolsas para o ensino superior transferia os recursos públicos para as instituições privadas, uma nova demanda, ainda maior e com componentes históricos de desigualdade, emergia no seio da sociedade e nas forças políticas para iniciar um processo de construção de políticas afirmativas para garantir ao estudante oriundo da escola pública o acesso ao ensino superior público e gratuito (ILCA, 2016). Na próxima etapa do texto abordaremos como as cotas passam a compor uma política pública de acesso às universidades federais.

### 2.3 – As cotas enquanto política pública

Hoje a sociedade brasileira já identifica as cotas como um conjunto de oportunidades destinadas a uma parcela da sociedade que não teria acesso de forma igualitária às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas de ensino superior.

Entretanto, essa conquista histórica não ocorreu sem que as várias correntes de pensamento que compõem a sociedade brasileira deixassem de se atritar a fim de encontrar um ponto de equilíbrio que a permitisse estabelecer a efetiva adoção dessa política pública. De fato essa estabilidade é temporária, pois como é da natureza de uma política pública, ela deve ser avaliada ao longo do tempo a fim de correções, melhorias e adequações.

A próxima etapa desse trabalho revela como se deu essa construção e como esse assunto não se encontra completamente esgotado. Apresentaremos os embates até sua adoção e como esse processo foi estabelecido em nosso ambiente de pesquisa.

#### **2.4 – O contexto social brasileiro**

Ao longo dos séculos a organização social na qual se estabelecem as diversas nações, foi se alterando e se moldando as relações entre os senhores proprietários das terras e entre aqueles que forneciam a força do trabalho. Estes dois atores se adaptaram ao contexto histórico das mudanças políticas e econômicas aos quais estavam envolvidos e das realidades de cada nação.

No contexto da sociedade brasileira entre os séculos XIX e XX, é preciso considerar a presença do negro recém-liberto, da própria massa de diversos outros homens que, embora livres, não faziam parte da sociedade formal constituída e do povo indígena nativo do território brasileiro. De uma economia baseada exclusivamente na agricultura e pecuária, passando pelas primeiras crises econômicas do século passado até o período dos primeiros passos para a industrialização, o conjunto das classes no Brasil já produzia as suas próprias desigualdades.

Como bem destaca Santos (2012) “estas pessoas não eram objeto de qualquer preocupação humanitária”, o que significava ainda mais visibilidade no período em que os donos das terras ou da produção acumulavam cada vez mais riqueza e iniciavam uma nova relação com a natureza do trabalho pago. Para um fenômeno que ocorria em todo mundo, um “sistema de proteção social” embora arcaico que teve suas primeiras ações implantadas na

Inglaterra na virada do século XIX para o XX. Foram justamente esses arranjos que denotam a construção da nossa sociedade e suas diferenças, pois:

Nenhuma instituição nasce pronta ou imutável. Todas elas são fruto de movimentos da sociedade e das suas elites políticas, que vão conformando arranjos diferenciados, ao longo do tempo, em virtude de mudanças políticas, econômicas e culturais. Assim, a análise de sua evolução histórica desvenda também o conjunto de forças políticas e sociais que está na sua estrutura, bem como as vitórias e derrotas de diferentes grupos de interesse e de seus ideais, no processo de construção institucional do País. (SANTOS, 2012).

Aqui se insere o contexto das desigualdades e de exclusão sociais construídos ao longo do tempo na sociedade brasileira. Santos (2012) infere que não apenas o crescimento econômico pode superar essas diferenças, pois segundo ele o aumento da riqueza não necessariamente se traduz em melhor distribuição, muitas vezes constituindo o acúmulo de capital, ainda mais diferenças e a chegada de outras mazelas como a violência, por exemplo.

Para o autor o mesmo fenômeno da estratificação torna-se uma realidade em nossa sociedade, pois segundo o autor “em sua condição de país periférico (ou emergente, como querem alguns), a redução da pobreza e das desigualdades sociais é crucial para o aprofundamento da democracia e para a realização da nossa coesão social”.

Quando observamos as etapas que muitas vezes se alternam entre avanços e retrocessos na formulação de princípios constitucionais e em especial, naquilo em que trata a educação como essencial para a diminuição dessas diferenças, a preocupação com o ensino público, e no contexto desse trabalho, o acesso a educação superior ao longo do tempo, algo importante fica evidenciado em todos os postulados, como pontua Lisua (2006): “o ensino público e gratuito seria uma forma do Estado brasileiro compensar as desigualdades sociais que ele mesmo não foi capaz de subtrair em suas políticas públicas”.

Além do mais, o autor ainda aponta a necessidade de um debate sobre as cotas para acesso as Universidades públicas, pois já era uma realidade nos idos dos anos 30 aqueles que se posicionavam contra e a favor quanto à necessidade de tratar o tema. De fato:

Muitos países como o Brasil não são pobres, mas são tão desiguais que, apesar de apresentarem importante evolução do seu PIB (Produto Interno Bruto) e significativas melhorias das condições de

vida de alguns setores (os mais ricos), permanecem abrigando uma enorme quantidade de pobres, que, por sua vez, têm baixíssimas perspectivas de mobilidade social ascendente. (SANTOS, 2012).

Outros autores destacam ainda que é a partir do movimento negro americano durante os anos de 1960 na luta pelos direitos civis e pela igualdade social que foi dado o destaque necessário as ações afirmativas, pois Santiago, Norberto e Rodrigues (2008) já pontuam que a adoção desse tipo de política pública precisam “ser adotadas, impostas ou incentivadas pelo Estado, no cumprimento do dever de garantir os direitos fundamentais, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem comum”.

A máxima em que a escola fundamental pública é destinada aos mais pobres e que o ensino superior público é destinado aos mais ricos, passa a exigir que sejam adotadas ações capazes de enfrentar as barreiras relacionadas aos arranjos sociais, ao ordenamento político vigente e as amarras econômicas que impedem que certos grupos, em desvantagem por suas características sociais e/ou de etnia, de terem acesso aos serviços mais fundamentais onde, na esfera da educação, todos devem ter igual acesso.

Para Lenoir (2011) “a educação de qualidade está atrelada ao desenvolvimento social e não é alcançada repentinamente mediante transformações bruscas, importadas, induzidas e imediatistas”. Desse modo, a sociedade brasileira, através de seus poderes instituídos e da sua representatividade social, deve elaborar o conjunto de instrumentos necessários para superar esse obstáculo social. O autor ainda enfatiza que “a dinâmica das políticas educacionais, que requerem períodos longos para produzir resultados, precisa garantir sua estabilidade e continuidade mediante esforços consensuais numa perspectiva democrática, solidária, equitativa e justa”.

## **2.5 – O marco legal das cotas no acesso ao ensino público no Brasil**

O início desse século marcou o momento de adoção de uma política pública com o objetivo de garantir uma parcela das vagas do ensino superior público aos estudantes oriundos das escolas públicas. Esse movimento surge no descompasso em que o próprio Estado é incapaz de “alavancar a educação

básica, compreendida pelos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio”, através de “princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade” (BATISTA, 2018).

Em agosto de 2012, após mais de uma década de discussões, é aprovada a Lei Nº 12.711 (BRASIL, 2012) que define como política pública a ação afirmativa de acesso ao ensino superior público no Brasil. A determinação é para que as instituições públicas de ensino superior adotem de forma escalonada em um período máximo de até 4 anos, o limite percentual máximo de 50% de suas vagas para os alunos estudantes oriundos de escola pública. Cada instituição, desde que não ultrapasse o período máximo de adaptação, tem através da sua autonomia universitária a possibilidade de escolher o ritmo que mais se enquadre a suas especificidades.

Dentro dessa reserva de vagas há ainda um percentual que, atendendo às características de cada região, destina vagas que devem ser compostas por um percentual daqueles estudantes autodeclarados negros e/ou indígenas. Entretanto, várias Instituições pelo país já adotam, muito antes do marco legal, medidas semelhantes. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a estabelecer algum modelo de cota, já em meados de 2003 e até 2010 outras 83 instituições já adotavam medida semelhante (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017).

## **2.6 – A jornada do aluno cotista no ensino superior**

Alguns estudos apontam que existem outros desafios que vão além do ingresso na universidade pública, pois tão importante quanto o acesso, está à necessidade de garantir a permanência desse aluno no ensino superior, afinal:

[...] a reserva de vagas nas universidades brasileiras não pode ser um fim em si mesma. O estudante necessita de ingressar na instituição, bem como ali permanecer estudando com qualidade equiparada a qualquer outro estudante. Isto lhe proporcionará a realização de seu curso superior e formação curricular compatível à disputa por uma vaga no mercado de trabalho. (TAVARES; QUEIROZ, 2014).

Na construção desse estudo, podemos entender que a ação principal de uma política pública sozinha, não pode zerar as desigualdades sociais do

país. Quando ela apenas permite o acesso desse aluno à Universidade, o mesmo passa a enfrentar as dificuldades inerentes para que possa garantir sua permanência dentro dessa Instituição, visto que:

[...] é importante considerar o pressuposto da assistência estudantil de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, gerando inclusive abandono escolar. Isso é um avanço ao se compreender que o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas que inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros. (IMPERATORI, 2017).

Para tanto é necessário recorrer às ações de apoio da própria Universidade, os arranjos administrativos e acadêmicos de cada curso a partir de suas próprias especificidades e a busca por ações de cunho pessoal que cada aluno desenvolve a fim de que possa colaborar para garantir essa permanência.

As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – recebem do governo federal, através do Ministério da Educação, várias políticas e programas mediante a ação da Secretaria de Educação Superior (Sesu) que visam implantar esforços no sentido de garantir a permanência desse aluno na graduação.

Dentre todas as ações desenvolvidas, podemos destacar esses programas:

Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)

Criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes matriculados em curso de graduação presencial, egressos de escolas públicas ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. De competência da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior, no âmbito da Coordenação-Geral de Relações Estudantis (Dippes/CGRE), visa reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Programa Bolsa Permanência (PBP)

Instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, o Programa Bolsa Permanência (PBP) é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desde 2016, as bolsas do PBP são ofertadas exclusivamente para estudantes indígenas e quilombolas matriculados em curso de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior. (MEC, 2020).

As Instituições em sua maioria desenvolvem tais programas de acordo com os seus limites orçamentários em busca de minimizar um pouco esses desafios enfrentados pelos alunos cotistas e em especial aqueles com alguma vulnerabilidade econômica.

Todas as iniciativas destinam-se a ofertar ações de inclusão que vão desde a concessão de bolsas de auxílio remuneradas, transporte intercampi gratuito, assistência à saúde, programas de assistência alimentar, bem como o auxílio moradia. Mesmo assim essas ações não suprem totalmente a demanda desses alunos e em especial daqueles oriundos das políticas de cotas.

Outra questão relevante trata dos esforços que esses mesmos alunos percebem como necessários para garantir a sua permanência na faculdade. Seja ao dispor quando possível de algum suporte financeiro familiar ou em razão dos programas e políticas articuladas pela Instituição que, em função de sua limitação orçamentária, nem sempre consegue atender a todos de maneira equânime.

Assim muitos alunos vão à busca de alternativas dentro ou fora da Instituição que os permita arcar com uma parcela financeira que seja fruto do seu próprio trabalho e que permita amenizar os custos de sua permanência no ensino superior. Essa “opção”, entretanto cria outro fator complicador que é o estabelecimento de uma jornada dupla onde se faz necessário conciliar trabalho e estudo e que carece de um olhar atento da administração acadêmica naquilo em que ela pode inferir alguma mudança (CARNEIRO; BEHR, 2014).

## **2.7 O aluno vulnerável**

Para Carneiro e Behr (2014) “os estudantes com menores condições econômicas, tornam-se vulneráveis aos processos de precarização do trabalho, passando assim por força da necessidade a venderem sua força de trabalho para sobreviver”. Para os autores a política de cotas fez com que as Instituições públicas elevassem a oferta de “bolsas-trabalho” entre outras ações, “a fim de garantir que cotistas e carentes possam se manter na universidade”.

Se por um lado uma parcela desses alunos se dedica exclusivamente aos estudos, aqueles oriundos de famílias com recursos mais escassos ou que

desejam contribuir ou aliviar o seu próprio peso das responsabilidades familiares, buscam alternativas para garantir sua sobrevivência no ensino superior. Assim o estudante busca construir seu espaço dentro da Instituição ao mesmo tempo em que antecipa etapas da sua vida profissional, mesmo que em condições completamente distintas da sua formação a fim de solucionar o equilíbrio financeiro necessário para concluir seus estudos, pois:

Devido a essa busca por um lugar na sociedade, o trabalho tornou-se uma questão central e a escolaridade um diferencial concorrente de admissão no mercado de trabalho. Isto tem elevado cada vez mais os estudantes universitários a entram no mundo do trabalho a fim de assumir responsabilidade, como também ganhar experiência, sendo esta um ponto importante e essencial para o contexto em que vivemos. (FERNANDES e OLIVEIRA, 2012).

Diante dos esforços pessoais e das iniciativas das IFES para minimizar o problema, cabe entender como a dinâmica entre o curso escolhido e o aluno poderiam adotar como pratica positiva a fim de minimizar o impacto que a questão financeira pontua sobre a vida acadêmica. Afinal, se por um lado o problema do acesso encontrou respostas com a adoção de políticas públicas afirmativas no desenho das cotas, se as Instituições adotam programas de ajuda para os alunos mais vulneráveis através dos vários projetos oriundos do MEC, percebe-se que ainda existe uma lacuna no caminhar acadêmico desses alunos, pois outros estudos apontam ainda que:

[...] 71% dos professores e 78% dos estudantes mostram-se contrários à assertiva de que as universidades investem em medidas didático-pedagógicas, a fim de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas. Além disso, 63% dos professores e 80% dos estudantes acreditam que os estudantes cotistas não recebem acompanhamento especial para atingir os objetivos propostos. Esse questionamento sobre a existência de apoio pedagógico complementar foi o que gerou o maior percentual de indiferença entre os professores (cerca de 25%), o que sugere que grande parte dos professores desconhece a existência de qualquer tipo de suporte aos estudantes cotistas. (RIBEIRO *et al*, 2016).

O autor, além de apontar esses números, faz questionamentos a cerca da carência de estudos sobre as medidas de acompanhamentos de todos aqueles que tiveram acesso á universidade pelo sistema de vagas, pois não há evidências de diferenças significativas entre cotista e não cotistas. Para esse pesquisador, entretanto, mais do que esclarecer essas condicionantes precisamos então conhecer a realidade desse corpo discente, através do relato

desses alunos que a partir de 2013 passam a compor a massa de estudantes atendidos pelas políticas de cotas, visto que:

[...] apesar de o tema em questão apresentar relevância social e política para a realidade brasileira, em relação aos estudantes cotistas, cuja discussão na literatura tem sido mais política do que propriamente pedagógica, são raros os estudos buscando avaliar a satisfação, o sucesso ou a integração acadêmica destes estudantes, tanto isoladamente quanto em comparação aos alunos aprovados pelo sistema tradicional. (SOUSA; BARGADI; NUNES, 2013).

Diante desses aspectos a próxima etapa desse trabalho busca situar o leitor diante do ambiente em que irá ocorrer a pesquisa. Será apresentado o contexto histórico da Instituição onde a pesquisa foi realizada, bem como a mecânica para implantação das cotas nessa Universidade. Em seguida apresentaremos o curso escolhido para essa pesquisa, um pouco da sua história, da natureza da sua administração acadêmica e o perfil de acordo com os critérios para distribuição de vagas de acesso a essa graduação.

### 3. O AMBIENTE DA PESQUISA

Para que se possa dá continuidade a esse estudo, as próximas seções buscam contextualizar o ambiente da Instituição de ensino superior pública, sua importância dentro da região e como se deu processo de adoção das cotas no seu ambiente interno. Em outra seção abordam-se os aspectos históricos do curso de graduação que foi escolhido como o cenário delimitador dessa pesquisa e a forma com a qual se ocorre a distribuição das vagas para os alunos cotistas. Por fim faz-se uma explanação da inquietação desse pesquisador, cujo motivador desse estudo apresenta-se a partir da sua vivência com o ambiente e os atores a serem pesquisados.

#### 3.1 Uma Instituição Federal de Ensino Superior

Instituída através da Lei nº 2.373, de dezembro de 1954, a Universidade Federal do Ceará (UFC), com sede em Fortaleza formou-se a partir da união de outras iniciativas exitosas de educação superior no estado, fazendo parte nesse primeiro momento a Escola de Agronomia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Em seus oito *campi* contemplam-se os mais variados campos de estudos e pesquisas, com atuações em praticamente todas as áreas de conhecimento. Dentre seus objetivos Institucionais, destacam-se a difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural através da aproximação com a sociedade, o fomento e a geração de conhecimento para o desenvolvimento sustentável do Ceará e do Nordeste, a preservação da arte e da cultura regional, além da promoção e formação humana e profissional dos seus estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018).

A UFC também foi o embrião do surgimento das demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) entre elas a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esse processo de expansão ocorria antes mesmo de medidas adotadas a nível nacional, com o empenho dos gestores, da classe política e da necessidade de interiorização do ensino como relata o Reitor Henri de Holanda Campos quando diz:

O fato de a UFC continuar a crescer em tempos de crise decorre de uma sintonia de esforços entre alunos e servidores docentes e técnico-administrativos. Resulta, igualmente, de uma política que nos leva a observar questões como a racionalização de recursos e estabelecimento de prioridades. Foi o que nos levou a gerar o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2018-2022, com propostas de uma atuação inteligente e democrática, promovendo o planejamento participativo, estratégico e avaliativo, bem como estimulando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade da gestão. (UFC, 2019).

Assim, a Universidade Federal do Ceará se destaca como a principal Instituição de nível superior pública no estado, que trabalha as várias áreas do conhecimento, exercendo sua jornada de ensino, pesquisa e extensão buscando atender as principais demandas da sociedade.

### **3.2 As cotas na UFC**

Como já relatado anteriormente, a ideia de promover o acesso para as camadas sociais menos favorecidas à educação superior pública, já temperavam os mais diversos debates pelo Brasil. De fato no início dos anos 2000 algumas Instituições, valendo-se da sua autonomia universitária, passando a adotar alguma forma de compensação para esse público.

Antes mesmo da adoção de uma política pública a nível nacional, ainda em 2005 a Universidade Federal do Ceará inicia encontros para abordar esse assunto. Buscava-se através desse momento atrair os vários atores interessados em desenhar o cenário no qual fosse possível colocar em debate os aspectos constitucionais para um sistema de cotas para a Instituição como resposta aos primeiros movimentos em favor das ações afirmativas (MEC, 2005).

Em alguns momentos desse diálogo, realizado entre os mais diversos públicos interessados diretamente na questão, a Instituição chegou a sofrer interferências externas, como no caso da medida adotada pelo Ministério Público Federal em 2007, que recomendava a tomada de decisão em prol da adoção das cotas. Em resposta a essa proposta a Universidade negou naquele momento a sua efetivação, através do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) em razão da falta de informações estatísticas precisas acerca do real perfil do estudante da Instituição.

Freire (2016) destaca que “as políticas públicas, como o sistema de cotas, têm, além do objetivo de inclusão, um fator compensatório aos indivíduos que sofreram preconceitos raciais ou sociais”, assim os momentos de debates na comunidade acadêmica, seguiram nos anos posteriores com diversos outros encontros em busca de discutir as próximas etapas necessárias para a correta adoção da política pública.

Essas discussões no âmbito interno da Instituição se desenrolaram por meses elencando entre outros aspectos a ausência de legislação que garantisse o aporte financeiro necessário para ações voltadas a esse novo perfil discente, onde se pontuava que a “permanência dos estudantes de condições sociais desfavorecidas dentro da universidade era de fato mais importante que ampliar o ingresso para eles” (NASCIMENTO, 2016).

A Universidade Federal do Ceará durante esses ciclos de conversas alegava que já existia em seu ambiente uma quantidade significativa de pobres e negros ingressos nos seus mais variados cursos de graduação e que a falta de recursos financeiros poderia comprometer as ações que deveriam ser desenvolvidas a partir das especificidades desse novo público. Esse posicionamento atrasa a adoção das cotas para o momento em que essas passam a ser uma política pública em forma de lei.

Antes disso, porém, ainda em 2010 a Instituição passa a adotar o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como a ferramenta única para garantir o acesso aos cursos oferecidos por esta Universidade. O Exame Nacional do Ensino Médio torna-se o processo seletivo que pontua e classifica o desempenho desses alunos para o novo sistema.

Ainda em 2012, último período que antecede a adoção das cotas já é possível identificar uma mudança significativa, tanto da renda familiar dos ingressantes quanto do percentual de alunos oriundos da escola pública, comparado aos anos anteriores.

Uma pesquisa da própria Instituição demonstra uma mudança no perfil dos alunos, diante do percentual daqueles que são oriundos da rede pública e da renda familiar desses mesmos ingressantes. Essa pesquisa retrata a comparação da pesquisa realizada no ano de 2007 frente os dados obtidos ainda em 2012 com base nesses critérios, conforme revela a Gráfico 02:

Gráfico 02 – Alunos da rede pública e renda familiar



Fonte: adaptado do Jornal da UFC (2013)

O primeiro semestre de 2013 marca a chegada desses novos alunos à Instituição. Com a Lei nº 12.711/2012 promulgada em agosto daquele ano, a próxima seleção dos candidatos que ingressariam já no ano seguinte, determinava o percentual de alunos cotistas, sendo válida para todas as universidades federais e os demais institutos federais de educação no país.

Ainda nesse mesmo ano o Decreto nº 7.824 regulamenta essa nova lei, impondo o período máximo até o qual deveria ocorrer o ajuste das Instituições as novas regras, limitando até 2016 a plenitude daquilo que estabelece a lei para todas as Instituições Federais de Ensino.

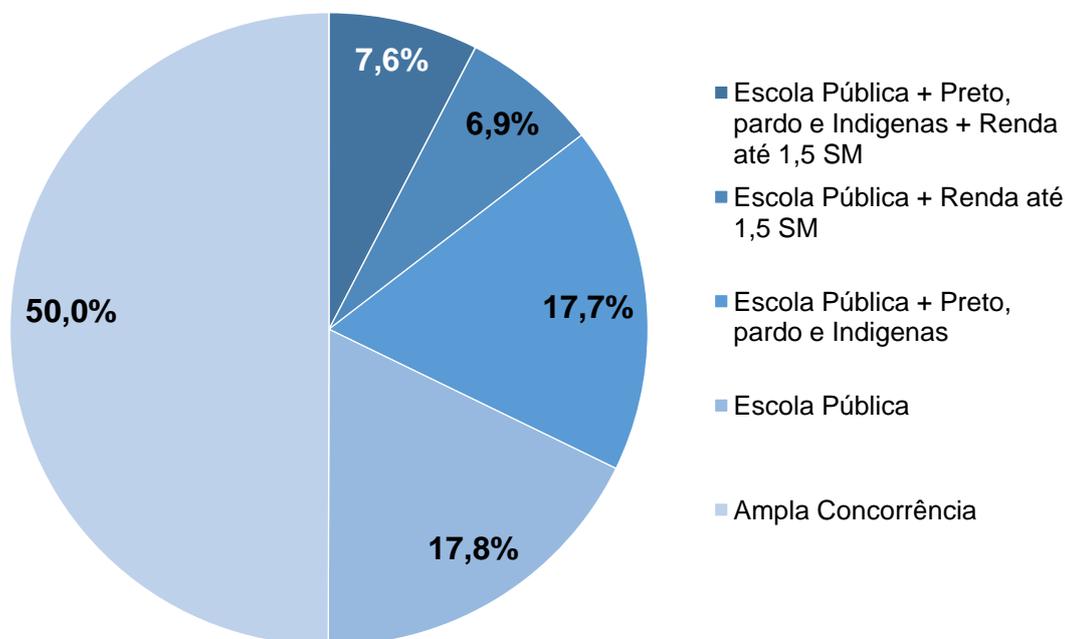
O Ministério da Educação – MEC, na sequência apresenta também a Portaria Normativa nº 18/2012 com os conceitos da Lei, descrevendo os pormenores a cerca das modalidades e formas de como se deve proceder ao cálculo para o correto preenchimento dessas vagas conforme as questões de cada estado do país.

Naquele percentual de 50% destinados as cotas é preciso ainda estabelecer outros critérios de modo a atender aspectos socioeconômicos e raciais que diferem a partir da formação étnica de cada região onde está inserida a Instituição Pública e suas demais particularidades.

De acordo com o decreto nº 7.824/2012 os percentuais devem ser aplicados iniciando-se em não menos do que 12,5% do total de vagas até que gradualmente atinja-se o percentual de 50% do total de vagas como estabelece a lei e dentro de um prazo máximo de até 4 anos.

A Universidade Federal do Ceará antecipa-se a esses prazos e passa a adotar ainda em 2014 todo o percentual exigido em lei. Dessa forma o quantitativo de vagas fica assim distribuído conforme descreve o Gráfico 03:

Gráfico 03 – Vagas para ampla concorrência e cotas na UFC (base 2017)



Fonte: adaptado do Anuário Estatístico da UFC 2018.

Uma nova alteração ocorre em 2016, através da Lei nº 13.409, onde se passa a considerar também um quantitativo de vagas para pessoas com deficiência dentro do limite dos 50% reservado aos cotistas. Por essa nova regra o quantitativo de vagas deve obedecer aos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dentro da mesma proporção em que surgem os indivíduos na área de atuação da Universidade. Esse percentual, entretanto não permanece rígido e na falta de candidatos que atendam esse critério as vagas são remanejadas para outros tipos de cotas.

### 3.3 O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC

Em 17 de julho de 1964, através da lei nº 4.363 a Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará é formalizada. De fato as atividades letivas iniciam-se no ano posterior, a partir do qual se estabelece

sua primeira turma com 20 alunos em um prédio adaptado, localizado em um terreno situado a frente da reitoria da Instituição.

Durante a Reforma Universitária de 1968 passa a se chamar Faculdade de Artes e Arquitetura, após a assinatura do Decreto nº 62.279 daquele mesmo ano. A nomenclatura atual dessa graduação só vem a ser estabelecida como a que conhecemos até hoje em meados de 1973 quando o Decreto nº 71.828 que abrange outras reestruturações para o ensino superior, o define como Curso de Arquitetura e Urbanismo.

A primeira grande alteração ocorre de fato a partir de 1977, quando o Ministério da Educação adota o regime semestral de ensino e dobra a quantidade de alunos, dos vinte alunos anuais desde a sua fundação, para vinte alunos a cada semestre (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA, 1984).

Esse desenho acadêmico permaneceu até que em 2009 o curso passa a participar do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2009. O bacharelado em Arquitetura e Urbanismo tem um acréscimo de 60% no número de vagas e passa a oferecer a sociedade 32 vagas semestrais. A alteração atendia um dos objetivos principais do programa que buscava entre outras coisas, ampliar o acesso ao ensino superior, realizado através do aumento do número de vagas. Outra preocupação do REUNI tratava também das ações necessárias para garantir a permanência desses alunos na graduação (GONÇALVES, 2010).

Entre os resultados positivos do curso, cabe destacar os números apontados pelo ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – programa que compõem o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – que tem como objetivo avaliar a qualidade dos cursos através do rendimento dos alunos em relação aos conteúdos programáticos e as suas habilidades de competências adquiridas em todo o seu período acadêmico.

Com amostra de alunos ingressantes e do último ano de formação, o ENADE realizado em 2012 apontou o curso de Arquitetura e Urbanismo como o terceiro melhor curso do país, obtendo a pontuação mais alta entre as Instituições públicas de mesma habilitação avaliadas. Em 2018 o feito se repete com o curso recebendo a nota cinco, a pontuação máxima do certame,

garantindo junto com os demais cursos da Instituição o melhor desempenho do Norte, Nordeste e Centro Oeste para a UFC (JORNAL DA UFC, 2018).

Em 2020 o curso volta a ser destaque local e nacional ao propor diversas soluções, através de seus laboratórios e do conhecimento científico adquirido, na produção de insumos emergenciais para o enfrentamento da pandemia de corona vírus, fazendo a construção artesanal desses equipamentos, a partir de doações de insumos pelas mais variadas camadas da sociedade e unindo esforços entre professores, técnicos e alunos no compartilhamento desses produtos, além da divulgação do conhecimento adquirido para outras instituições públicas e privadas.

O Departamento no qual está inserido o curso conta com uma infraestrutura de 13 salas de aula climatizadas, com espaço médio para 50 alunos, um auditório com capacidade para 80 pessoas, sendo todos os ambientes dotados de equipamento de projeção e acesso a Internet através da rede sem fio. Conta ainda com 3 laboratórios de informática com 20 computadores padrão Mac/PC, ilhas de impressão A3 e A4 coloridas e monocromáticas, *plotagem* gráfica e em 3D, além de uma oficina da fabricação digital. Conta ainda com cerca de 12 laboratórios de pesquisa, grupos de estudos os mais variados e uma biblioteca setorial.

Fazem parte do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design, os cursos de bacharelado em Arquitetura e urbanismo e o Curso de Design, além do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design totalizando cerca de 1000 alunos ativos em 2020.1.

### **3.4 A distribuição das cotas para o Curso de Arquitetura e Urbanismo**

Do total de alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2013, 12% deles já compunham as vagas destinadas as cotas. No ano seguinte, 2014, a universidade já passa adotar o limite máximo estipulado pelo governo federal deixando assim 50 % das vagas destinadas aos alunos cotistas.

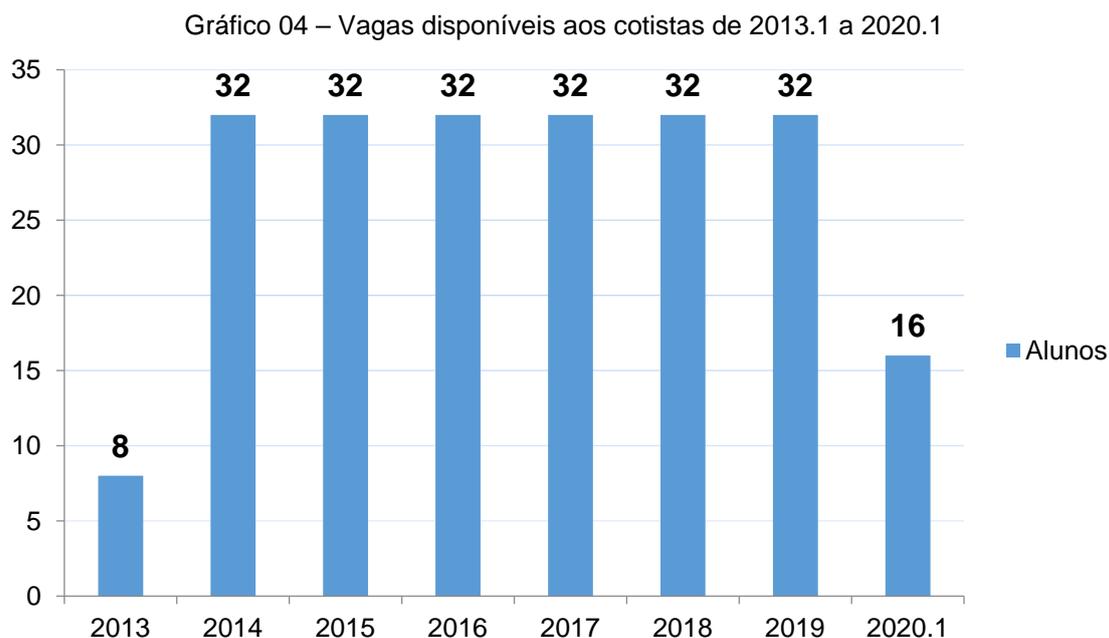
De fato, a Instituição poderia ter ido aos poucos fazendo o incremento desse percentual, pois o governo federal determinava que o prazo máximo para adoção total a política pública das cotas ocorreria apenas em 2016. Porém, a decisão do colegiado da UFC antecipou esse movimento e em

reunião do conselho universitário realizada no dia 04 de outubro de 2013, aprovou-se antecipar a reserva de 50% das vagas para os ingressantes do ano de 2014 na modalidade das cotas.

Como a principal preocupação da Instituição era até aquele momento “avaliar o primeiro ano das cotas” e em razão de não se ter percebido maiores dificuldades no processo, não haveria motivos para adiar a adoção plena, em razão da sua experiência e do comportamento do histórico de seus alunos ingressantes, conforme relata o portal na Internet da Instituição:

Atualmente, boa parte dos cursos da UFC já possui um percentual de alunos oriundos da rede pública superior ao que prevê a Lei. Os cursos com os maiores índices de participação de alunos da rede pública são Redes de Computadores (Quixadá), com 91,2%; Música (Sobral), com 76,2%; Sistemas de Informação (Quixadá), com 69,8%; Letras-Espanhol (Fortaleza-Noturno), com 51,9%, e Biblioteconomia (Fortaleza), com 51,4%. No caso de cursos mais concorridos da UFC, o percentual de estudantes oriundos da rede pública também é considerável: Direito Noturno, com 25%; Direito Diurno, com 16,3%; Medicina (Fortaleza), com 17,4%, e Medicina (Cariri), com 14,3%. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

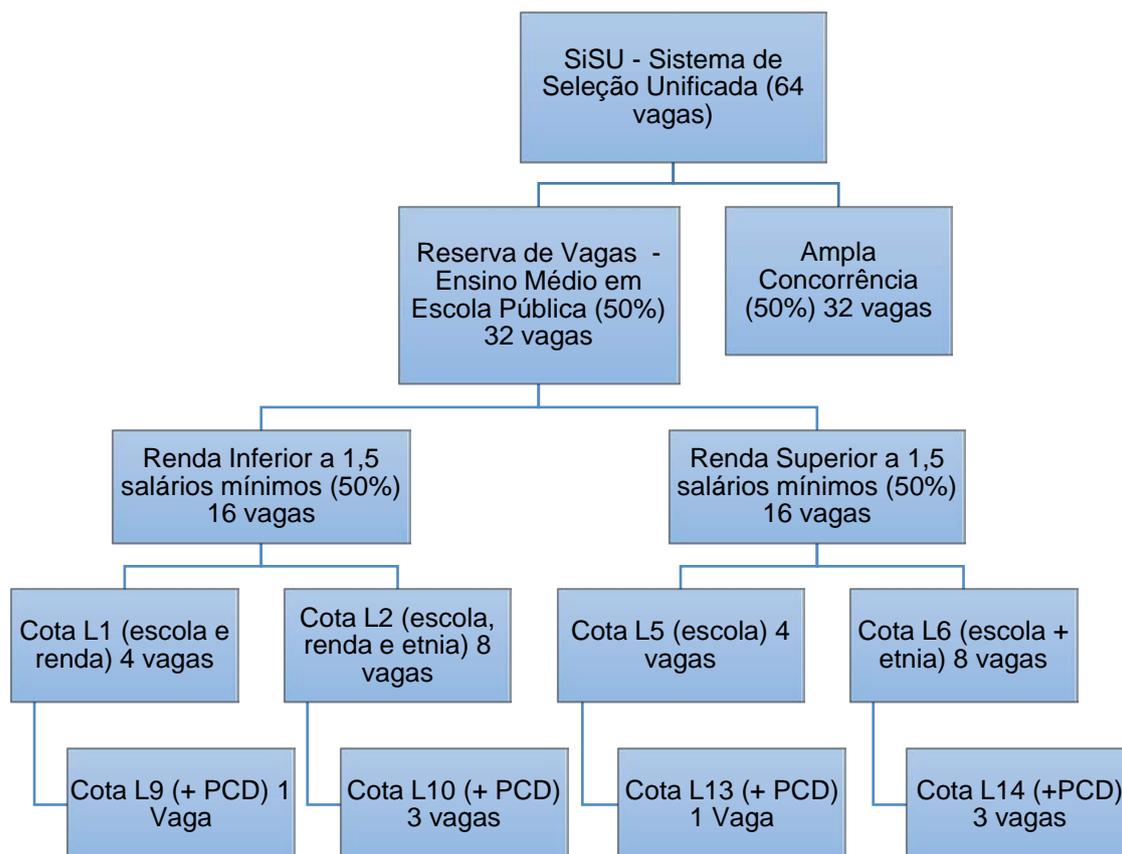
Diante dessa definição de percentuais e de modo a descrever o quantitativo de alunos dentro do perfil dos alunos cotistas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, desde a implantação das cotas até o momento da realização dessa pesquisa, o Gráfico 04 apresenta a representação dos alunos cotistas ao longo do tempo:



Fonte: elaborada pelo autor (2020)

O principal elemento de separação entre os alunos oriundos de escola pública é o quesito renda familiar que estabelece dois grandes subgrupos, dividindo-os entre aqueles que têm renda familiar maior ou menor que 1,5 salários mínimos. Ficando assim distribuído, conforme o Gráfico 5:

Gráfico 05 – Distribuição de vagas para o Curso de Arquitetura e Urbanismo



Fonte: elaborado pelo autor (SiSU, 2019)

Neste primeiro grupo onde estão todos aqueles com renda inferior a 1,5 salários, se enquadram os candidatos que preenchem os requisitos de escola e renda (cota L1) formando o primeiro ramo desse tipo de cota e de onde surge outra divisão, adotada pela UFC em 2018 por força da Lei nº 13.409/16 que incluí a faixa de PCD com vagas para as Pessoas com Deficiência (cota L9). Ainda na faixa de renda inferior a 1,5 salários mínimos, há Cota L2, que atende as mesmas questões de origem escolar, porém com a adição da

autodeclaração étnica e desta parte também a subdivisão que inclui ainda os candidatos PCD (Cota L10).

Para o segundo grande grupo daqueles com renda familiar superior a 1.5 salários mínimos e aborda-se dois outros ramos, as cotas L5 e L6. A cota L5 trata apenas dos alunos com renda mais alta oriundos de escola pública e tem como divisão a faixa que atende os mesmos requisitos anteriores mais a condição de PDC (Cota L13). A cota L6 trata daqueles com renda superior a 1,5 salários mínimos, oriundo de escola pública e que se declaram pretos, pardos ou indígenas, tendo como subdivisão a cota L14 que atende além desses requisitos a condição de PCD.

Desse modo, atende-se o que estabelece a Lei nº 12.711/2012 e os critérios utilizados em 2020 pelo SiSU na distribuição dessas vagas, no qual o seu artigo 1º declara que é fundamental “ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública” . Os percentuais dessas vagas são determinados a partir das questões que atendam os critérios estipulados em Lei, ou seja, cinquenta por cento dessas vagas serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos relativos ao salário mínimo *per capita* e dentro da proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas do estado do Ceará conforme os dados do último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Para efeito de preenchimento de todas as oportunidades, é permitido permutar vagas entre os tipos de cota caso não haja candidatos suficientes a preencher todos os seus requisitos de uma determinada modalidade.

#### 4. METODOLOGIA

Para GIL (2002) pesquisa pode ser definida “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Outra questão importante a se destacar é o fato motivador para se pesquisar. No contexto desse trabalho, evidencia-se o desejo de buscar respostas para, através desse conhecimento, propor a fazer diferente, de forma mais eficiente e eficaz, afinal além do saber é preciso entender e propor as contribuições a partir desses achados, tendo acesso assim à realidade do outro.

Assim essa pesquisa visa entender como se dá a percepção daqueles alunos oriundos das políticas afirmativas das cotas sobre os desafios encontrados por eles após o acesso a universidade. Para Minayo (2009) “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema na vida prática”.

Portanto essa pesquisa trata quanto aos objetivos de um estudo de natureza exploratória/descritivo, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o assim mais explícito, de modo que se possa aprimorar ideias ou a descoberta de intuições. Além disso, estuda as características específicas de um grupo, buscando associação entre variáveis (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos adotados, essa pesquisa se qualifica como uma pesquisa de campo, já que para Minayo (2009) “permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os autores que conformam a realidade” fruto das observações do pesquisador e dos resultados obtidos pelo objeto de estudo.

Salienta-se que a identificação desse “problema” só tornou-se possível a partir da convivência diária desse pesquisador em sua atividade-fim como profissional com quase 16 anos em uma Instituição Federal de Ensino Superior.

Essa proximidade com o ambiente a ser estudado, bem como a transformação pela qual passou a universidade com a chegada desses novos alunos, colaboraram para a construção dessa pesquisa com abordagem ao

problema de forma qualitativa, permitindo que a partir deles se identifique ou se antecipe oportunidades e desafios de forma mais pontual, precisa e com um custo operacional reduzido (FREITAS; JANISSEK-MUNIZ; MOSCAROLA, 2005).

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará foi o local escolhido para a realização dessa pesquisa em razão da proximidade do pesquisador com o ambiente. Atuando na área de tecnologia da informação daquele departamento, várias opiniões conflitantes foram percebidas ao longo dos anos, com um perceptível aumento após a chegada dos alunos cotistas ao acolher as percepções tanto desses alunos quanto de seus professores.

Ainda em 2013 essas inquietações passaram a ser descritas de forma mais contundente pelo corpo discente, quando se comparadas as mesmas atividades até então corriqueiras da formação no curso. Foram percebidas também reações conflitantes do corpo docente que demonstravam num primeiro momento um distanciamento da realidade de seus alunos. Em nossa perspectiva, parecia não haver no olhar do docente a percepção que um novo tipo de aluno ingressara na Instituição.

O mesmo ocorria quando os assuntos envolviam a administração, tanto a tradicional quanto aquela de olhar mais pedagógico dentro Departamento ao qual pertencia o curso. Em muitos momentos, principalmente aqueles onde o debate envolvia os vários atores que compõem um curso de graduação é que essas dificuldades surgiam sem muito contexto e em situações pontuais.

Em virtude dos problemas impostos pelo isolamento social, como uma das armas de enfrentamento à pandemia da Covid 19 no Estado e, em razão das atividades presenciais nas universidades públicas estarem suspensas até que se chegue a um achatamento na linha de casos da doença, essa pesquisa se desenvolveu através de meio eletrônicos.

A primeira grande barreira estava na identificação dos alunos cotistas matriculados no curso. De fato essa informação não é de acesso fácil, não constando inclusive nas ferramentas de gerenciamento do curso, do Departamento ou mesmo dos professores.

Para sanar essa questão enviou-se uma mensagem por correio eletrônico a todos os alunos, solicitando a identificação destes ao acessar o

formulário eletrônico disponibilizado pela plataforma *Google Apps For Education* que é usada pelo Departamento e da qual esse pesquisador é o administrador. A plataforma tem o cadastro de todos os alunos do Departamento e dos cursos de graduação ao qual são vinculados, com filtros, por exemplo, que delimitam o ano de ingresso.

Como a pesquisa aborda apenas os alunos cotistas, estabeleceu-se avaliar apenas a percepção daqueles alunos que atendiam essas características entre o semestre de ingresso de 2013.1 até 2020.1 totalizando 216 potenciais entrevistados.

O formulário construído com questões fechadas busca identificar o perfil de cada aluno com seu respectivo tipo de cota e nas questões abertas buscou-se abrir espaço para os relatos desses alunos de forma a atender os objetivos dessa pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa-ação de natureza qualitativa ela pretende esclarecer os questionamentos pontuados de forma a identificar o problema percebido por esse pesquisador e que foi apresentado pelos próprios participantes sujeitos da pesquisa, em razão da interação de ambos no ambiente do trabalho. Assim busca-se conhecer o pensamento desse grupo de estudantes cotistas, propondo-se com base nos achados soluções ou mesmo correções.

Em razão disso essa pesquisa qualitativa visa estudar os aspectos subjetivos dessa relação aluno, professor e Instituição, não sendo cabível quantificar em equações ou estatísticas as relações que as caracterizam. Por outro lado o papel do pesquisador se faz necessário no ambiente onde se realiza a pesquisa, de modo a garantir que as percepções que originaram o trabalho possam ser cientificamente apresentadas.

É justamente esse confronto dos relatos trazidos a esse pesquisador, seja por parte dos alunos ou pela oposição quase sistêmica dos seus professores, que a motivação por essa pesquisa se apresenta. De certo modo os alunos cotistas parecem invisíveis para o olhar acadêmico, pois:

Observa-se que a discussão sobre os possíveis benefícios e malefícios das ações afirmativas, ainda, é feita a partir de impressões do senso comum, sem base científica. Isso chama a atenção para a importância de sensibilizar o corpo docente sobre as injustiças sociais e étnicas, estimular o debate sobre preconceito, discriminação,

identidade e o papel das políticas afirmativas na promoção da equidade social e discutir a necessidade de implementar medidas de acompanhamento especial dos estudantes cotistas pela universidade. (RIBEIRO *et al*, 2016).

A proposta desse estudo, portanto é entender a percepção desses alunos cotistas a fim de que os resultados encontrados possam ser usados na concepção de uma nova abordagem que possa trazer luz aos interesses dos discentes, docentes e da administração tradicional/acadêmica do curso.

#### 4.1 Instrumento

Para alcançar os sujeitos em nossa pesquisa se fez necessário lançar mão de ferramentas tecnológicas que pudessem superar as barreiras do distanciamento social durante esse estudo. Para isso, fez-se uso do formulário *online* elaborado através da plataforma *Google apps for Education*, cuja principal característica é a possibilidade de acesso dos participantes por meio da Internet, através de computadores, tablets ou celulares.

Entretanto, um dos problemas identificados nessa modalidade de convite a pesquisa, está no número de respostas que são de fato recebidas. Um estudo anterior, realizado por esse autor em meados de 2007 é que usou a mesma estratégia tecnológica, chamado *O e-mail como ferramenta de comunicação para os gestores da UFC*, demonstrou que a efetividade no número de respostas via correio eletrônico gira em torno de apenas 10% (VALENTE, 2007).

Outro aspecto importante a se destacar diz respeito ao tamanho da amostra visto que se trata de uma amostragem de conveniência que se define em:

[...] obter respostas de pessoas que estão disponíveis e dispostas a participar. O problema principal desta abordagem é que as pessoas que estão dispostas a participar podem diferir de modo importante dos que não estão dispostos. Vemos esse tipo de amostragem particularmente em sites da Web onde as pessoas que têm reclamações são mais prováveis de prover avaliação do que as que estão satisfeitas com um produto ou serviço. (CARMO, 2013).

No entanto esse é o fato motivador do estudo, pois busca identificar aqueles sujeitos da pesquisa dispostos a apresentar suas percepções. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa ela estuda esses aspectos subjetivos do

comportamento cultural desses sujeitos em um determinado tempo e local, o que a impede de ser quantificado por equações ou estatísticas.

Para contornar o problema da efetiva participação, entrou-se em contato com os alunos representantes de cada semestre de ingresso. Escolhidos aos pares, estes deveriam reforçar a importância da participação dos demais alunos usando outras ferramentas de comunicação síncronas que permitem, entre outras coisas, uma maior interatividade e um menor tempo de resposta por parte dos participantes.

Como o formulário eletrônico aplicado nessa pesquisa também pode ser acessado tanto por computadores, como *tablets* e celulares, a resposta se apresentou mais efetiva chegando-se, mesmo num momento atípico para sociedade em razão das ações de isolamento social e da especial interrupção das atividades acadêmicas, representando um número mais expressivo de participantes voluntários.

Para compor o formulário, sua primeira parte apresenta questões fechadas, que servem na pesquisa para identificar esse aluno quanto ao:

- Ano e semestre de ingresso;
- Tipo de cota;

A segunda parte do formulário, com questões abertas, procurou encontrar as respostas que atendessem o objetivo geral dessa pesquisa permitindo identificar os desafios encontrados na visão dos próprios alunos que envolvem a sua vida acadêmica em uma Universidade Pública e para isso elabora-se as questões que envolvem os objetivos específicos para desvendar:

- Quais os principais fatores condicionantes que estão diretamente relacionados na relação dos alunos com o professor/curso;
- Quais as variáveis que envolvem a própria administração da vida acadêmica enquanto discente e;
- Quais as ações desenvolvidas por esses mesmos alunos para superar essas dificuldades.

Assim essa pesquisa foi encaminhada a todos os alunos cotistas do Curso de Arquitetura e Urbanismo por e-mail, ao mesmo tempo em que o disparo de mensagens foi encaminhado por aplicativos de comunicação instantâneos. Em um primeiro momento foi explicado os motivos para a realização da pesquisa e o que se buscava esclarecer com a participação de todos. Essa etapa inicial foi aplicada através do que chamaremos de multiplicadores da pesquisa, que são alunos representantes de cada semestre em andamento.

Com o reforço desses alunos foi possível ter um número de participantes com respostas ricas para além do que poderia ser estimado. Duas razões poderiam prejudicar o sucesso da pesquisa: o distanciamento social exigido por questões relacionadas a pandemia da Covid19 e pelo fato das atividades acadêmicas terem sido interrompidas de forma presencial e não estarem ocorrendo de modo virtual em virtude das especificidades do curso, que envolve interação, visitas a obras e acompanhamento pessoais e coletivos nos ateliers de desenho.

Desse modo o resultado das respostas recebidas é demonstrado na próxima etapa desse trabalho e revelam um alinhamento entre aquilo que se projetou nos objetivos desse trabalho e os resultados alcançados.

## 5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse primeiro momento vamos descrever quem são os sujeitos da pesquisa dentro do universo disponível para o nosso estudo. O que se busca aqui é verificar o tipo de representatividade dentro do daqueles compõem os alunos cotistas, observando-se o semestre de ingresso e esclarecendo o tipo de cota ao qual faz parte.

A etapa seguinte trata dos relatos dos sujeitos da pesquisa. A princípio busca-se compreender qual a origem dos recursos que o permite manter-se na Universidade, afinal para esses alunos cotistas as questões que envolvem sua relação com a Universidade após o ingresso são limitantes e podem definir seu futuro na Instituição.

Para além dos programas de assistência estudantil muito a nível pessoal é necessário para que possa garantir essa permanência e por essa razão lança-se um questionamento a cerca da gestão do tempo versus a necessidade de garantir uma renda própria. É oportuno destacar que mesmo com Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES - que visa entre outras ações apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação, no ambiente da Universidade Federal do Ceará, muitos são os alunos que não conseguem acesso ao que é oferecido, pois:

[...] ainda em decorrência da demanda crescente, observa-se uma abrangência limitada do programa. Os processos seletivos apresentam-se a cada semestre mais focalizados. Faz-se, imprescindível, que seu grau de cobertura seja ampliado, frente ao quantitativo alarmante de discentes que, mesmo possuindo vulnerabilidade socioeconômica conforme as diretrizes estabelecidas no PNAES, não são contemplados em virtude da insuficiência de recursos e vagas. (MARINHO, 2017).

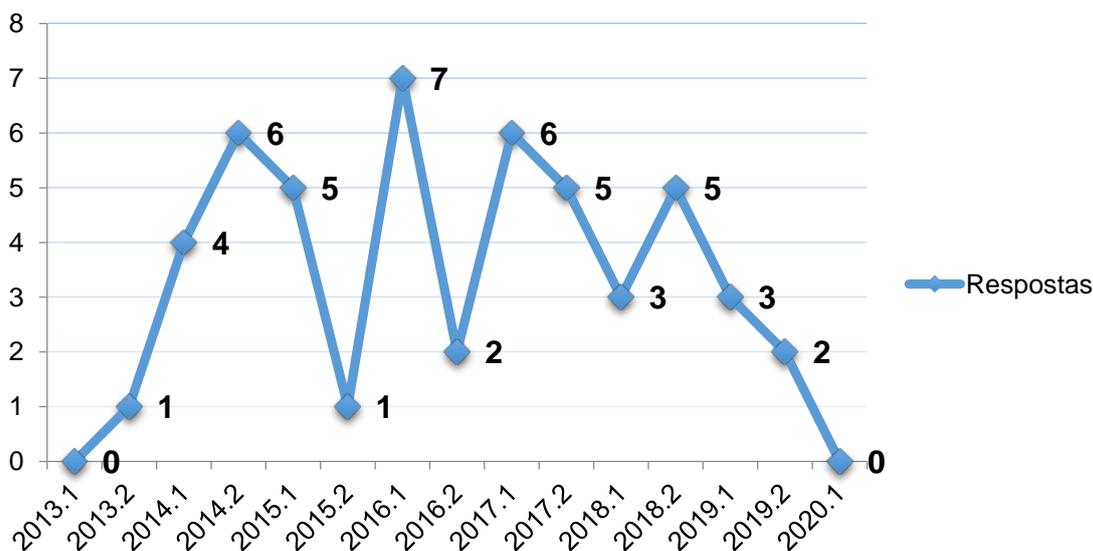
Desse modo, uma lacuna importante expõe a fragilidade na qual parte desses alunos deve enfrentar para garantir exercer todas as atividades dentro do ensino da graduação. Para esclarecer isso a segunda e última etapa desse estudo apresenta o relato dos pesquisados de modo que se possa fazer um paralelo entre as etapas anteriores e a atender os objetivos propostos nessa pesquisa.

## 5.1 Os sujeitos na pesquisa e sua permanência na graduação

Os sujeitos desse estudo estão restritos a uma janela temporal que compreende o semestre de ingresso que se inicia em 2013.1 e segue até o semestre atual de 2020.1, momento em que essa pesquisa foi finalizada.

O universo total compreende exatos 216 alunos que atendem a condição de cotista, divididos nos mais variados tipos de cotas aceitos pela Instituição. Desse total o número de repostas obtidas compreende 50 alunos, o equivalente a 23,1% de todos os alunos cotistas. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, onde os números tem uma finalidade mais subjetiva na interpretação dos resultados, de agora em diante essas informações serão apresentadas em números absolutos de forma a melhor esclarecer sobre as repostas da amostra. O Gráfico 06 apresenta a distribuição das participantes ao longo desse período:

Gráfico 06 – Respostas ao longo dos semestres



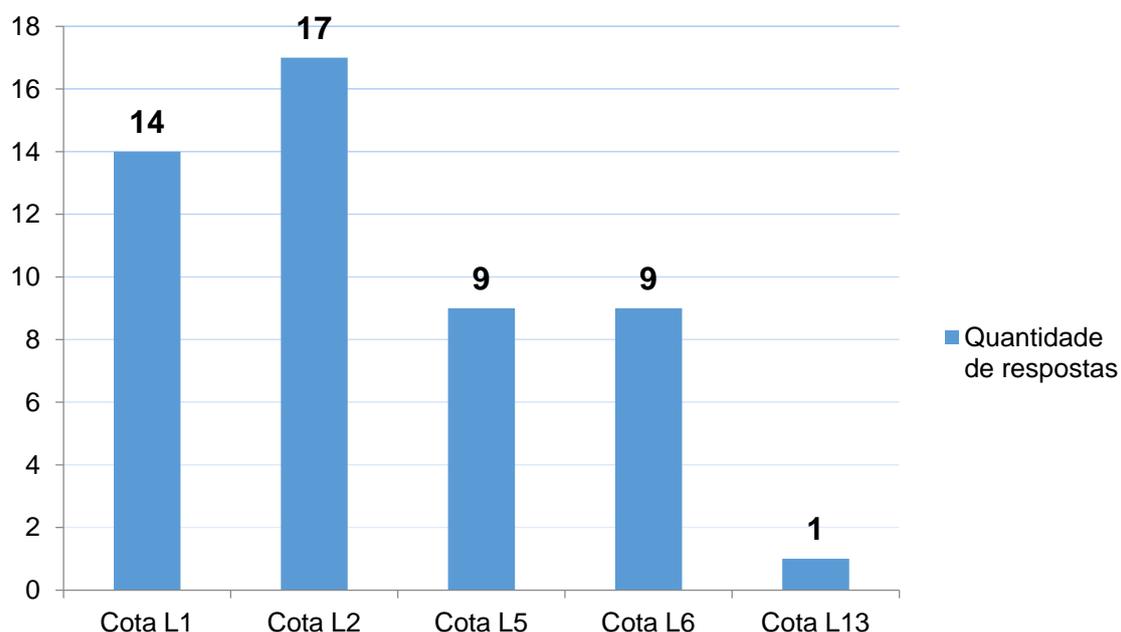
Fonte: elaborador pelo autor (2020)

No gráfico percebe-se a baixa participação nos extremos do universo da pesquisa e que pode ser explicado de duas maneiras: os semestres referentes ao ano de 2013 dizem respeito a uma turma de alunos que em sua maioria já fechou o ciclo de 5 anos de formação do curso. Os semestres mais recentes podem ter sua participação limitada por duas hipóteses, seja pela situação de interrupção do semestre atual, momento em que se realizou essa pesquisa ou

em razão de uma efetiva integração com os canais de comunicação institucionais do curso. Por outro lado a participação de alunos dos momentos iniciais da adoção das cotas pode sustentar questões quanto ao tempo efetivo que está sendo levado para concluir esse ciclo de formação, visto que já se completam 8 anos deste o início do acesso dos alunos cotistas.

Outro fato fundamental colhido com a pesquisa é a distribuição dos tipos de cotas nas respostas, conforme demonstra o Gráfico 07:

Gráfico 07 – Representatividade das cotas entre os alunos participantes



Fonte: elaborado pelo autor (2020)

O reflexo dessa distribuição demonstra dois elementos ao qual chamamos atenção: dos 50 alunos participantes, 31 deles contemplam as cotas do tipo L1 e L2. Esse dado demonstra que a maior parcela entre aqueles que responderam a pesquisa, trata dos alunos oriundos de escola pública e cuja renda mensal não ultrapassa 1,5 salários mínimos.

Outro elemento que precisa de destaque, mesmo que só pontue com uma resposta é a presença de um indivíduo que representa a classe das pessoas com deficiência (PCD), sendo essa uma questão pontual abordada de forma recente pela Instituição. Os relatos desse sujeito na pesquisa apontam para muitas considerações importantes que ainda são relegadas a um segundo plano pela Instituição com veremos adiante.

## 5.2 O relato dos sujeitos da pesquisa

A etapa mais esclarecedora dessa pesquisa surge a partir desse momento. De fato as próximas questões e em especial os relatos dos alunos, trazem luz ao que se busca compreender através dos objetivos da pesquisa, pois permite que os sujeitos elaborem “suas concepções, abordagens e opiniões no processo” (ALVES, 2016).

Enquanto a etapa anterior nos permitiu compreender quem são esses alunos, entendendo sua representatividade dentro do universo e sua distribuição ao longo dos semestres dentro da política de cotas, as próximas questões buscam responder o problema da pesquisa.

Para iniciar esse esclarecimento, parte-se inicialmente para desvendar a partir de qual fonte eles obtêm os recursos financeiros necessários para manter-se na Instituição cobrindo os gastos com transportes, alimentação e demais materiais necessários para os estudos. Em outro momento busca-se construir um paralelo que desvende se existem dificuldades em acompanhar disciplinas ou mesmo o fluxo normal da graduação. Diante disso parte-se para obter os relatos que vão enriquecer esse momento da pesquisa, ajudando a esclarecer o problema principal desse trabalho.

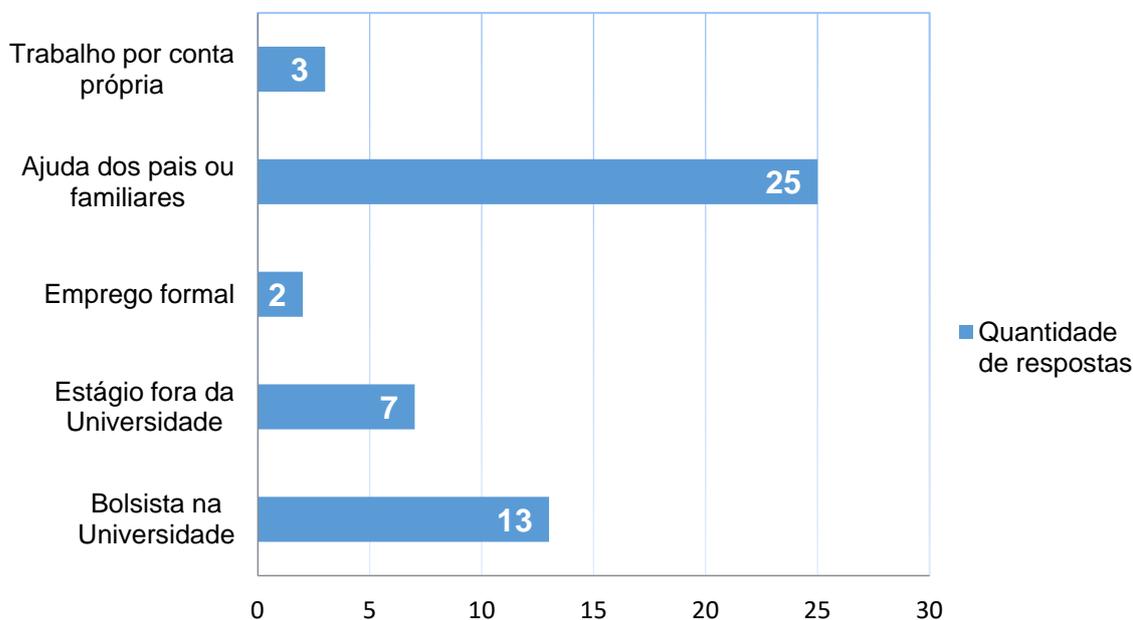
Esclarecer quais são os desafios encontrados pelos alunos cotistas após o ingresso na Universidade Pública é objetivo dessa pesquisa. Para desvendar esse problema inicial e assim encontrar os argumentos necessários para contemplar os objetivos específicos foram elaboradas três questões abertas.

O objetivo é de encontrar a partir dos relatos os (1) “fatores que se tornam condicionantes para que ele, enquanto aluno possa realizar a contento as atividades acadêmicas propostas pelos seus professores”, (2) “identificar as variáveis que envolvem a própria administração do curso que podem impactar de forma positiva na realização desse seu caminhar acadêmico” e (3) “quais as ações desenvolvidas que ele mesmo para garantir sua permanência no curso”.

Antes dos relatos, porém é necessário esclarecer alguns pontos ainda sobre a identificação dos sujeitos na pesquisa. O primeiro deles diz respeito a entender qual a fonte de recursos que permite a eles custear sua permanência na Universidade com todos os gastos relativos à alimentação, transporte,

gastos com insumos e demais materiais usados durante a sua formação. Os achados se expressam no Gráfico 08:

Gráfico 08 – Distribuição quanto à fonte de recursos financeiros



Fonte: elaborado pelo autor (2020)

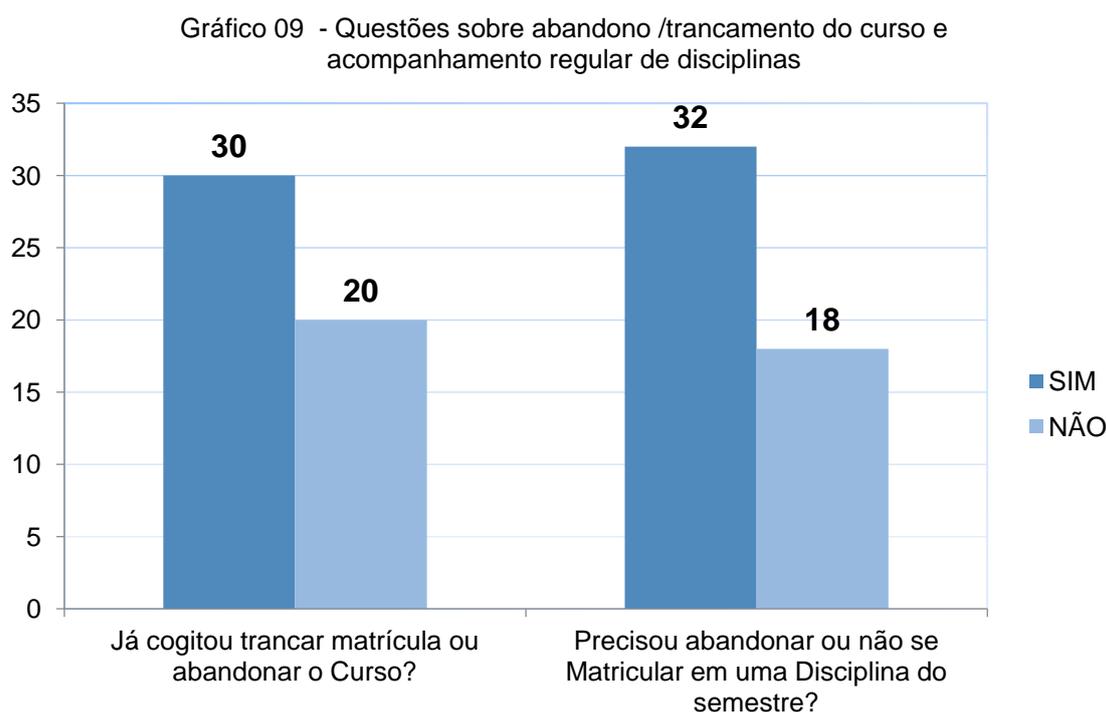
Diante do levantamento constatou-se que metade desses alunos recebem o suporte dos pais ou responsáveis e que os demais precisam buscar alguma complementação para suprir as necessidades inerentes a sua caminhada de estudos do próprio curso.

Para essas respostas, fica evidente a busca por algum tipo de atividade que lhes permitam arcar com os custos durante o curso, o que irá impactar na permanência deles na graduação já que não há, em nível da própria Instituição, programas e ações que sejam capazes de contemplar toda a comunidade discente.

A próxima questão busca nesse sentido avaliar se algum desses fatores anteriormente relatados poderia comprometer a permanência do aluno na Universidade. São situações limites em que o aluno deveria responder entre o “sim” ou “não” como únicas possibilidades de atender a questão.

A primeira situação limite questiona se “em algum momento da graduação a aluno cogitou trancar matrícula ou mesmo abandonar o curso”. O

objetivo com essa questão era testar os relatos informais obtidos no ambiente de trabalho e se estes poderiam ser replicados durante uma pesquisa. E diante disso buscou-se entender se esse aluno “precisou abandonar ou não se matricular em uma disciplina” em razão de ser necessário se dedicar a alguma atividade que pudesse lhe conceder algum tipo de renda diante da questão da sua própria vulnerabilidade enquanto aluno. O resultado é demonstrado no Gráfico 09:



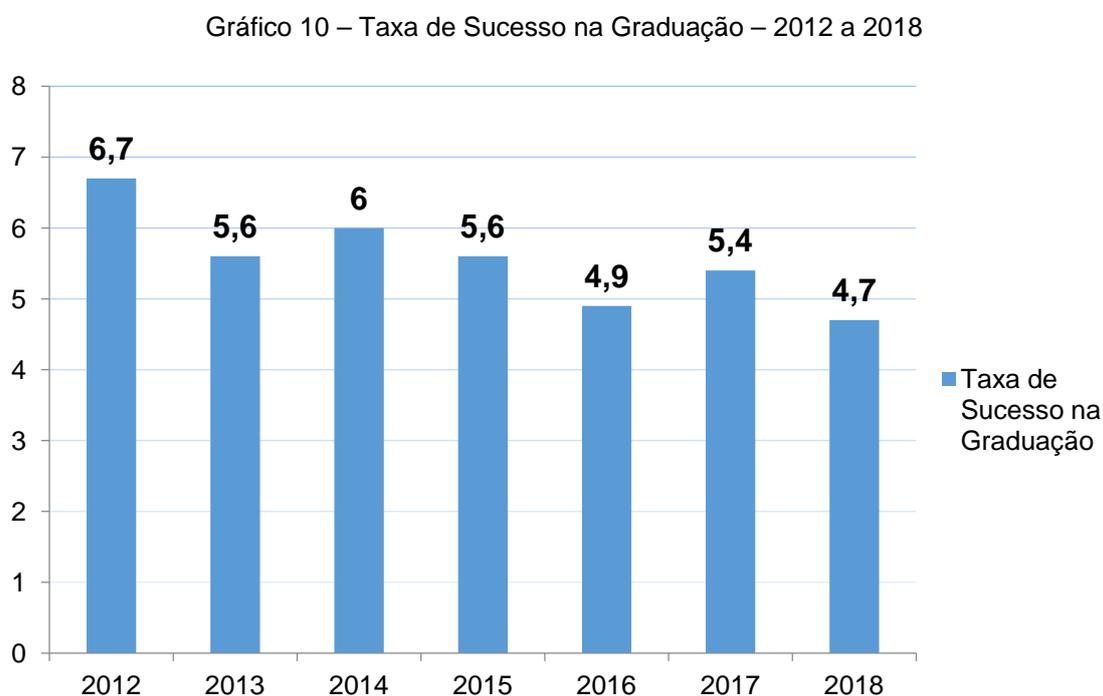
Fonte: elaborado pelo autor (2020)

É possível se fazer várias relações através dessas respostas, afinal a primeira questão lida com a possibilidade de trancar ou abandonar o curso, enquanto que a segunda questão confirma se alguma ação foi efetivamente concretizada por esse aluno.

Assim, quando cogitado sobre a possibilidade de “trancar matrícula ou mesmo abandonar o curso”, o achado revela preocupação com um tema muito sensível às Universidades que é a evasão. A informação exposta aqui explica a divergência entre a quantidade de alunos que entram na universidade e aqueles que concluem o curso na janela de tempo esperada para sua formação.

Para representar de melhor maneira essa condição, concebeu-se a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) que é o indicador da razão entre os alunos que concluem a graduação e o número de ingressos e representa o grau de eficiência da instituição na formação superior. Esse cálculo considera ainda o tempo de permanência no curso ajustado pelo ano de ingresso (SILVA *et al.*, 2018).

Os dados do Anuário da UFC (2019) apresentam essa Taxa de Sucesso na Graduação através de uma série histórica que aborda os resultados de 2012 a 2018, conforme apresentamos no Gráfico 10:



Fonte: adaptador pelo autor com base nas informações do Anuário da UFC (2019)

Considere que a taxa de sucesso varia de 0 a 10, sendo zero a pior situação e que quanto mais próximo de 10, melhor será essa avaliação para a instituição. Com base nessa série histórica é preciso descrever que desde 2013, momento da chegada dos alunos cotistas, até a data da última avaliação (2018) percebe-se uma queda considerável nessa taxa de sucesso, sendo ainda mais expressiva quando comparada ao período anterior as cotas de 2012.

Portanto, o relato dos alunos reflete essa realidade quanto descrevem a possibilidade de abandonar o curso ou mesmo postergar disciplinas em função

dos problemas que serão pontuados no desenvolver dessa pesquisa. Para Ambiel, Santos e Dalbosco (2016) “no Brasil, o fenômeno da evasão é uma preocupação relativamente recente de todas as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas”.

Sendo assim, fatores importantes surgem desses achados em especial com as informações que serão pontuadas na próxima etapa dessa pesquisa, onde os relatos corroboram as informações encontradas até o momento e de onde será possível fazer relações entre muitas das informações colhidas nesse primeiro momento.

Para se iniciar os relatos trazidos através das questões abertas do formulário, nesse conjunto de perguntas encaminhadas aos alunos, foram realizadas construções que fossem capazes de relacionar aos objetivos descritos nessa pesquisa com as observações que esse pesquisador foi capaz de acompanhar através de diversos momentos com os sujeitos da pesquisa em seu ambiente. De fato as inquietações dos alunos e falta de empatia dos docentes para com essa realidade foi o alicerce dessa pesquisa. Para a construção da primeira pergunta aberta é necessário entender quais as condicionantes encontradas por esses alunos no acompanhamento das disciplinas após o acesso a universidade.

Entende-se como “condicionar” tudo aquilo que é estabelecido para que algo se desenvolva ou ocorra. No dia a dia de um aluno universitário, podemos traduzir isso como tudo o que é necessário para que o aluno possa produzir resultados a partir dos conhecimentos adquiridos através do desenvolvimento das atividades propostas em uma disciplina.

Questionado sobre o fato de que em algum momento, para a realização de uma atividade específica do curso, “a limitação de recursos financeiros impediu de forma individual ou mesmo quando ao participar de grupos que essa atividade pudesse ou não se realizada” a grande maioria dos alunos relatou experiência com essa situação. Entre as repostas podemos destacar:

[...] Sim. A falta de recursos para adquirir um computador de qualidade prejudicou de muitas formas diversos trabalhos. Ter que lidar com um computador que não atende as necessidades foi muitas vezes estressante e impeditivo, por ter que esperar pelos horários dos laboratórios de tempo limitado. (Aluno 1).

[...] Sim. Na execução de um projeto de mobiliário urbano. O alto custo do material necessário trouxe discussão entre todos os integrantes da turma. (Aluno 2).

[...] Sim. Teve uma disciplina que tive que trancar porque não tinha dinheiro para impressão dos trabalhos e eles só podiam ser entregues impressos. (Aluno 3).

[...] Sim! Para fazer o curso diversos materiais são requisitados e necessários. Para mim, que não tenho tanta condição financeira é difícil em alguns momentos conseguir arcar com os gastos. A principal dificuldade que enfrento no momento é a ausência de um notebook, que me atrasa bastante na realização de alguns trabalhos. (Aluno 4).

[...] Algumas vezes precisávamos nos reunir para discutir ou desenvolver o trabalho além da carga horária das aulas e eu não tinha dinheiro seja para passagem (moro em outra cidade) ou para alimentação. (Aluno 5).

Duas respostas (Aluno 1 e Aluno 4) levantam questão sobre a necessidade de aquisição de equipamentos de alto custo para acompanhar as atividades do curso. Para os alunos oriundos de famílias que atendem a questão da renda per capita de até 1,5 salários mínimos o investimento nesse tipo de equipamento é proibitivo e mesmo com a disponibilidade de infraestrutura pelo curso, enfrenta ainda a indisponibilidade de acesso aos laboratórios da própria Instituição.

Os alunos 2, 3 e 4 pontuam ainda a necessidade de aquisição de outros insumos específicos para a realização das demais atividades do curso. De fato, cerca de 40 respostas atentam para esse detalhe do “alto custo para aquisição de materiais de consumo” como papéis especiais e do custo de impressão para apresentação das atividades propostas. O aluno 5 alerta para uma outra especificidade enfrentada pelo estudante cotista: a necessidade de permanecer por uma jornada muito longa na Instituição para realização das atividades que impactam inclusive em sua necessidade de alimentação durante esse intervalo.

Assim o alto custo com materiais para realizar tarefas de disciplinas específicas, o gasto elevado com trabalhos de impressão, a necessidade de investimentos em equipamentos de informática de alto desempenho e de custo elevado, são os principais motivos apontados como dificuldades por esses alunos, confirmando o que reflete os estudos anteriores de Monteiro e Soares (2018) onde afirmam que “o ingresso na universidade implica em investimento pessoal, material e social”.

Os autores ainda afirmam ainda que “diante da complexidade da adaptação ao Ensino Superior e das possíveis questões que são geradas a partir das dificuldades no ajustamento, é mister investigar um conjunto de variáveis que podem contribuir para a compreensão e possíveis ações de intervenção” (MONTEIRO; SOARES, 2018). Diante desses problemas que a pesquisa revela, a próxima pergunta do formulário indaga ao aluno quais medidas poderiam ser adotadas pela própria administração do curso e de seus professores que poderiam solucionar os problemas pontuados anteriormente. Os principais resultados encontrados foram esses, nos relatos dos alunos:

[...] Utilizar mais de formas digitais de apresentação. No final do semestre cada aluno gasta entre 25 a 50 reais com plotagens para apresentação de trabalho e isso é um gasto semestral que pesa muito, sem contar os gastos com transporte, material para maquetes, alimentação. (Aluno 6).

[...] Acho que os professores deveriam cobrar menos trabalhos impressos e optar mais pelos arquivos online, ou se não houver como não entregar impresso, que ao menos reduzam o tamanho da folha a ser pedida. Em *DISCIPLINA X* tínhamos de plotar em A1 e comprar folhas vegetais A1 pra cobrir, o que ao meu ver é totalmente desnecessário e me custou muito dinheiro, até o que eu não tinha. Agora em *DISCIPLINA Y* nos fizeram imprimir banners A0 coloridos e muita gente sequer pôde apresentar, nos fazendo gastar dinheiro à toa. Se ao menos esse banner tivesse sido em A1, eu teria tido bem menos prejuízos. Sou bolsista da BIA, mas eu não tenho só coisas da faculdade pra pagar. (Aluno 7).

[...] Diminuir a quantidade de impressões e trabalhos manuais que acabam indo para o lixo depois de apresentados (ESSE É O PRINCIPAL!); A criação de um ateliê de desenho colaborativo, para que os alunos não precisem comprar materiais caros de desenho, como gabaritos que só serão usados uma vez; Aumento do número de laboratórios de informática, para que não seja necessário comprar computadores super caros e de alto desempenho, indispensáveis para rodar os softwares que utilizamos; Revisão da necessidade de tantas cópias impressas para a apresentação final de TCC; Conscientização do corpo docente, pois a realidade mudou depois da implementação das cotas. Hoje em dia pouca gente pode gastar absurdos com apenas UM trabalho; E finalmente, mas não menos importante, uma parceria com o curso de psicologia ou a clínica de psicologia da UFC, pois o histórico de alunos que desenvolveram patologias mentais (ansiedade, TOC, depressão, etc) devido a forma como o curso é levado é enorme! Muitas dessas pessoas não tem a mínima condição de arcar com terapia semanal, muito menos com uma consulta psiquiátrica, e quem dirá com remédios quando estes são necessários. (Aluno 8).

[...] Consciência dos professores, porque nem sempre os alunos vão ter dinheiro para comprar algum material que eles requerem ou para impressão de banner e algo do tipo. Mais bolsas. (Aluno 9).

[...] Tratando-se de uma instituição pública, cogitaria, principalmente, a aquisição de investimento da união para o custeamento de

materiais como: tinta, folhas específicas, pranchetas e materiais para maquete. Além disso, creio que seja necessária a criação de uma bolsa auxílio para estudantes de baixa renda para a aquisição de materiais e para o custeamento de outras atividades acadêmicas. Por fim, suponho que a diminuição na demanda de trabalhos impressos, principalmente nos semestres iniciais, será um passo importante para amenizar o gasto financeiro dos calouros. (Aluno 10).

[...] uma grade mais livre que permitisse o aluno realizar um estágio mais cedo; bolsas com uma remuneração maior; recursos de auxílio para certos trabalhos ex: impressão de banner. (Aluno 11).

Dentre todos os problemas pontuados nos relatos dos alunos, 45 deles atentam para os custos com impressão. De fato esse é o problema colocado em destaque pelos alunos 6, 7 e 8 com especial adição de propostas para o uso do formato digital para entrega e avaliação desses trabalhos. O aluno 9 chama atenção de que passa despercebido na visão dos docentes essa impossibilidade de muitos em arcar com esses custos, não sendo sequer motivo de discussão. O aluno 8 questiona inclusive o impacto que esse distanciamento da realidade dos alunos cotistas pode provocar na saúde do grupo.

Para o aluno 10 e no relato de outros 12 alunos seria necessário por parte da Instituição, adotar uma forma de financiamento para aquisição desses materiais, seja através de bolsas ou da disponibilidade desse material para os alunos mais carentes. Outra proposta seria a reciclagem desse material gerando assim aproveitamento para atividades de outras turmas.

O pensamento do Aluno 11 trás para reflexão aquilo que foi pontuado por outros 16 alunos no momento em que todos eles questionam o fato da distribuição das disciplinas não permitir que o aluno tenha uma janela de tempo que possa ser favorável à participação em estágios ou outras atividades remuneradas.

No relato de vários desses alunos essa inconstância nesse preenchimento do tempo provoca sérias dificuldades na montagem de uma agenda que permita a eles estudar e ampliar o conhecimento com a obtenção de algum recurso, através de compromissos com grupos de estudos, bolsas e estágios. Isso impacta na qualidade do ensino, pois:

[...] embora existam indicadores de que estudantes ingressantes pelo sistema de cotas tenham um desempenho igual ou até mesmo superior aos dos alunos que ingressaram pelo vestibular convencional, é preciso que haja mais investigações sobre o tema a fim de buscar maior visibilidade sobre como essas políticas auxiliam

os estudantes na sua formação e qual a percepção dos mesmos sobre a sua capacidade de realizar as atividades educacionais referentes ao seu curso e quanto à qualidade da sua integração acadêmica. E o sucesso acadêmico e profissional não se esgota em um bom desempenho nas disciplinas, uma vez que o ingresso no ensino superior se constitui em um processo multidimensional. (SOUSA; BARFDAGI; NUNES, 2013).

De modo a concluir os objetivos dessa pesquisa a última pergunta do formulário buscou entender o que cada aluno planejou ou adotou como medida pessoal que pudesse garantir, mesmo diante das dificuldades relatadas até o momento, a sua permanência no curso. É importante destacar que todas as respostas apresentadas sob essa questão apontam de forma positiva para algum movimento pessoal em busca de encontrar essa solução, o que demonstra o compromisso e o interesse de cada aluno em permanecer no ensino superior. São esses os principais relatos:

[...] Quando estava sem bolsa sempre estava vendendo algo (docinhos, cadernos, desenhos...) (Aluno 12).

[...] Pretendo ter bolsas ou um estágio remunerado durante todo o curso. Ao contrário, terei de trancar o curso, ou deixar de fazer algumas cadeiras para ter tempo livre em algum turno para que eu possa trabalhar. (Aluno 13).

[...] Sim. Quando a carga horária das disciplinas obrigatórias diminuir, pretendo procurar um emprego para suprir as necessidades financeiras do curso. (Aluno 14).

[...] Para garantir na universidade me matriculo em cadeiras que me permitam ter tempo livre o suficiente para estagiar ou ter alguma bolsa. Assim, já atrasei um 1 semestre e cogito a possibilidade de atrasar mais se for necessário. (Aluno 15).

[...] Sim. Até o terceiro semestre do curso vendi doces, a partir de então estagiei durante alguns turnos. Tive que prolongar mais a duração do curso por isso e, durante os próximos anos pretendo também estagiar em outros lugares ou manter alguma atividade própria para conseguir me manter financeiramente. (Aluno 16).

[...] Já estou no último ano da graduação, portanto quase não frequento mais as dependências da universidade. Mas visto a possível necessidade de prolongar minha permanência, absolutamente seria necessário um estágio remunerado. É muito incômodo "fazer" minha mãe continuar me sustentando depois dos 5 anos de faculdade. (Aluno 17).

[...] Eu já tive que dar aulas particulares quando não tinha estágio (ou estava em estágio não remunerado) (Aluno 18).

[...] Eu ainda estou a procura de bolsa (que embora tenha diminuído cadeiras para procurar algo, não consegui esse semestre) ou um estágio que consiga conciliar com horários livres. Também já cheguei a limitar alguns gastos em lazer e alimentação para conseguir uma reserva financeira para a faculdade. (Aluno 19).

Muitos alunos relatam a necessidade de acesso a bolsas remuneradas ou estágios em nossa pesquisa. Apenas um dos respondentes não pontuou essa prioridade por está em processo de conclusão do curso, o que denota a importância que todos os pesquisados apontam em obter de alguma maneira uma fonte de renda após o ingresso na Instituição.

Relevante constatar que os alunos 13, 16 e 18 afirmam já ter realizados outras atividades distintas do fazer acadêmico para garantir alguma renda extra, mesmo que essa fosse realizada dentro do ambiente do próprio curso como a venda de produtos diversos. Apoiam esse tipo de ação outros 7 alunos com atividades semelhantes cujos relatos de acordo com Abrantes (2012) descrevem como “o trabalho na fala dos participantes apresenta significados semelhantes e representam sobrevivência”.

Destaca-se ainda, através dos relatos dos alunos 13, 14, 15, 16, 17 e 19, a necessidade de diminuir o número de cadeiras matriculadas, o abandono de algumas disciplinas e conseqüentemente o prolongamento do curso para eles. Corroboram com esse relato ainda outros 16 alunos, tornando esse ponto o mais expressivo dentro dessa questão.

No relato de todos é possível perceber que há uma preferência por atividades que estejam relacionadas com o curso escolhido para sua formação profissional, mas muitas vezes o arranjo não uniforme da grade do curso prejudica a escolha por oportunidades que estejam fora do âmbito da Universidade por não haver como conciliar os horários de estudos com os horários desses negócios. Da mesma maneira, percebe-se que não há dentro dos quadros da Instituição a oferta maciça de oportunidades que seja capaz de atender toda a demanda dos alunos, deixando alguns obrigados a escolher entre manter uma fonte de renda ou continuar dentro dos prazos e currículos da linha de formação.

Durante a etapa final desse trabalho, onde apresentaremos as considerações finais, vamos propor uma linha de conduta diante do conhecimento que foi adquirido nessa pesquisa.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram as conversas e os relatos de alunos e professores, nessa relação cotidiana no ambiente de pesquisa, que instigaram esse pesquisador no intuito de resolver uma questão que lhe pareceu pertinente diante das mudanças trazidas pelo ingresso dos alunos cotista na Universidade Pública.

É nesse cenário que se enquadra a natureza desse trabalho. Na nossa jornada de quase dezesseis anos em um mesmo ambiente de um curso de graduação foi possível perceber as mudanças provocadas pelos resultados das ações afirmativas. Elas incluíram ao cotidiano da graduação novos alunos com perfis socioeconômicos distintos aos que até então eram padronizados na seleção dos seus vestibulares e isso evidencia uma mudança de paradigma ao que se desenvolvia até então.

Percebeu-se que a chegada dos cotistas trouxe uma mudança silenciosa que colaborou para o cisalhamento das relações entre alunos e professores que naquele ambiente se moldaram durante anos. Esse novo perfil de aluno demonstra mais vulnerabilidade para alcançar os objetivos propostos pelo curso. E não se trata aqui de comparar condições intelectuais, visto que diversos trabalhos já denotam que não existe de fato essa diferenciação.

Mesmo que em menor número, a presença de alunos egressos das escolas públicas e, portanto, mais vulneráveis, já era, antes da adoção das cotas uma realidade no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Em menor número, é verdade, esses alunos enfrentavam as mais diversas dificuldades que sempre eram contornadas com ações pontuais ou isoladas.

Ou seja, o problema não é de hoje. Dificuldades financeiras são comuns a muitos alunos dos mais diversos tipos de graduação. Mesmo que essa característica não tenha provocado grandes momentos de ruptura, é importante destacar que até aquele momento, a própria Instituição, o curso, os professores, alunos e técnicos sempre encontraram alternativas para superar os problemas pontuais que possam ter surgido.

Entretanto, com a inclusão desses estudantes cotistas em maior número, cravou-se uma mudança silenciosa na relação de todos os atores

envolvidos nas atividades da graduação. A chegada desse novo perfil começou a criar atritos muitas vezes pontuais relacionados a não percepção dessa nova realidade, fazendo com que esse pesquisador muitas vezes recebesse relatos ambíguos oriundos de alunos e de professores com relação às mesmas atividades comuns que envolviam esses grupos.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa algumas dificuldades foram percebidas durante o processo. A primeira delas diz respeito à identificação do próprio sujeito. O acesso a essa informação sobre qual aluno obteve acesso à universidade através das políticas afirmativas é restrito. Ele sequer consta de relatórios emitidos pelo sistema que é comum a professores ou mesmo a coordenação.

Para contornar essa primeira dificuldade, fez-se uso de dois caminhos. O primeiro deles é o documento de confirmação que cada aluno cotista deve assinar confirmando sua condição como tal e que atende todos os requisitos exigidos, ato que é realizado no momento de confirmação da matrícula presencial e cuja coordenação do curso manteve uma cópia. O segundo meio foi elaborar uma questão de entrada no questionário que permitiu separar alunos cotistas daqueles de ampla concorrência. Por haver a possibilidade de falta de documentos o que excluiria algum aluno, optou-se utilizar o filtro do próprio formulário online.

Outra dificuldade foi o período no qual se realizou esse estudo, onde a sociedade mundial faz o enfrentamento de uma pandemia de saúde pública em que questões de isolamento social e de adoção de medidas mais restritivas se fazem presente. Isso limitou sobre maneira o acesso a questões documentais e de material bibliográfico, ficando sujeito o acesso apenas ao que está disponível em portais de Instituições de ensino e de trabalhos publicados na Internet. Na questão das respostas recebidas em formato digital, talvez um trabalho presencial pudesse ter um número maior de respostas.

Diante do exposto, é a partir desse instante que se percebe que há nesse ambiente um problema que carece de uma abordagem capaz de trazer respostas as questões apresentadas. Primeiro para apontar que existe um problema e depois para dispor textualmente esses eventos que estão

impactando na qualidade da formação do aluno e talvez no próprio desempenho do curso.

Nessa perspectiva, caberia entender quais seriam os desafios encontrados pelos alunos cotistas após o ingresso em um curso de graduação e, a partir dos seus relatos, construir alternativas que melhorassem essa relação para com o curso e a própria Instituição.

Na perspectiva acadêmica entender ainda que algumas ações podem ser desenvolvidas nessa relação mais próxima entre professor e aluno e entre aluno e o próprio curso, sem desmerecer todas as ações que são planejadas pelos centros de cada unidade ou até em maior escala como na administração da própria universidade.

Diante dos achados desse estudo é possível concluir que o objetivo geral e os específicos pretendidos foram atingidos. No conjunto de considerações apontado pelos alunos é possível encontrar, se não todas as respostas, algumas diretrizes que possam ser colocadas em discussão, pois muitas não dizem respeito apenas a ter acesso a mais recursos e sim em adequar à forma como as coisas se desenvolvem até então, dentro de uma nova proposta de enfrentamento dessa característica.

Foi possível compreender quais são os desafios encontrados pelos alunos cotistas após o ingresso na Universidade Pública, bem como foi possível esclarecer quais os fatores na percepção deles são os mais relevantes dentre esses desafios, trazendo luz para que, a partir deles, se permita propor caminhos para que o curso desenvolva novos arranjos capazes de diminuir esses entraves, além de abastecer com informações para a administração acadêmica das ações pessoais que esses mesmos alunos estão desenvolvendo para superar esses obstáculos e que podem estar comprometendo a excelência da graduação e desse modo dos recursos públicos.

A janela temporal em que se desenvolveu a construção desse trabalho de pesquisa ocorre justamente num período conturbado da vida em sociedade em razão da pandemia mundial pela qual passam os povos de todas as nações durante esse primeiro semestre do ano de 2020. Essa situação em especial limitou as ações deste pesquisador tanto nas questões de acesso a dados que exigiam a nossa presença física, como na consulta de documentos e pessoas.

A decisão pelo tipo de abordagem dentro das ferramentas disponíveis para esse momento de isolamento social, onde indivíduos e organizações adotam medidas de extremo cuidado com a saúde de todos, mostrou-se positiva. Os resultados apontam para que novos estudos venham a ser realizados acrescentando o alcance da pesquisa para os alunos de ampla concorrência e também incluindo a percepção dos docentes e técnico-administrativos envolvidos com curso, tamanha é a riqueza de informações e as propostas que podem emergir desse apanhado de ideias.

Por fim o estudo, além de trazer luz à questão inicial, permite uma visão mais ampliada de toda a dinâmica do curso, o que sugere novos estudos nessa área ainda pouco investigada para as mais variadas graduações. Garantir o acesso através das políticas de ações afirmativas foi o primeiro passo para universalizar o acesso à universidade pública. Agora, para garantir a eficácia desses investimentos é preciso uma atenção especial durante a permanência desses alunos, de modo que eles possam permanecer durante o tempo esperado para a sua formação e atingir os mesmo resultados de uma maneira mais leve, que não traga ainda mais desafios como os que já são apresentados ao longo da vida.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Nyedja Nara Furtado. **Trabalho e estudo: uma conciliação desafiante**. IV Fórum Internacion de Pedagogia. Parnaíba: 2012. Disponível em: < <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ed3d2c21991e3bef5e069713af9fa6ca.pdf>>. Acesso em: 13 de fev. 2020.

AGUIAR, Vilma. **Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura**. Revista Sociologia Política., v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

ALVES, Maria Cristina Santo de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. III Encontro de Ensino de História. Universidade Federal de Uberlândia: 2016. Disponível em: < <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>>. Acesso em: 20 de abri. 2020.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?** Revista Brasileira de Educação. v. 22 n. 71: 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-s1413-24782017227145.pdf>>. Acesso em 10 de fev. 2020.

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. **Motivos para evasão, vivências acadêmicas e adaptabilidade de carreira em universitários**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/23872/pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

BATISTA, Neusa Chaves. **Cotas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior**. Revista Pro-posições, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS: 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v29n3/0103-7307-pp-29-3-0041.pdf>>. Acesso em: 22 de fev. 2020.

BRASIL. **Projeto de lei nº 77/99**: dispõem sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. Diário da Câmara dos Deputados. 1999. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR1999.pdf#page=78>>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954**: Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L2373.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2373.htm)>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**: Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm)>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**: altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.363 de 17 de julho de 1964**: autoriza a criação da Escola de Arquitetura da Universidade do Ceará e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4363-17-julho-1964-376652-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 32.279, de 20 de fevereiro de 1968:** Dispõe sobre a reestruturação da Universidade Federal do Ceará. Presidência da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62279-20-fevereiro-1968-403662-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007:** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 238, de 211 de outubro de 2012**

CARNEIRO, Maira Poletto; BEHR, Ricardo Roberto. **Jornada dupla, estudar e trabalhar na Universidade: política exploratória ou política de iniciação ao mundo do trabalho?** VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Artigo. Gramado, RS: 2014. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnEO336.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnEO336.pdf)>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino superior no octênio FHC.** Revista Educação Social., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>>. Acesso em: 26 de fev 2020.

ESPÍNOLA, André Felipe de Albuquerque; CAVALCANTE, Rita de Cássia. **Políticas públicas na educação no período Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014).** Artigo. VI semana de Humanidades – UEPB: 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/16702042/Pol%C3%ADticas\\_P%C3%BAblicas\\_de\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Governo\\_Dilma\\_e\\_Lula](https://www.academia.edu/16702042/Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_no_Governo_Dilma_e_Lula)>. Acesso em 12 de fev. 2020.

EVANGELISTA, Juliana Pedroza Carvalho. **Políticas públicas de acesso ao ensino superior como medida concretizadora de direitos fundamentais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade Federal do Ceará: 2019. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41957>>. Acesso em: 18 de fev. 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** Revista Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em 06 de jan. 2020.

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kecia Karine Santos. **Trabalho e educação: análise reflexiva da dupla jornada do estudante-trabalhador.** Artigo: VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Sergipe: 2012. Disponível em: < [http://educonse.com.br/2012/eixo\\_03/PDF/26.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_03/PDF/26.pdf)>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

FLORES, Sharon Rigazzo. **A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da colônia a república.** Revista Internacional da Educação Superior. Campinas: 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7769>>. Acesso em 12 de fev. 2020.

FREIRE, João V. F. Furtado. **Entre a inclusão e a diversidade: Um estudo sobre a implementação da política de cotas na UFC.** UFC: Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação. 2016. 163f.

FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; MOSCAROLA, J. **Modelo de formulário interativo para análise de dados qualitativos.** Revista de Economia e Administração, São Paulo-SP, v. 4, nº 1, p. 27-48, Janeiro/Março 2005. Disponível em: < [http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2005/2005\\_177\\_REA.pdf](http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2005/2005_177_REA.pdf) >. Acesso em 12 de mar. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** UAB/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2020

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 176 pp. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020

GOMES, Pedro Santana. **PEC 241: uma análise dos potenciais impactos do Novo regime fiscal sobre o direito à educação.** Faculdade de Direito. Universidade de Brasília. Monografia. DF: 2016. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16731/1/2016\\_PedroSantanaGomes\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16731/1/2016_PedroSantanaGomes_tcc.pdf)>. Acesso em: 09 de mar. 2020.

GONÇALVES, Margarida Maria dias. **A implementação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidade Federais (REUNIO N UFC(2007-20090: um estudo de caso sob a perceptiva da qualidade de ensino.** Dissertação. Ceará: 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2804>>. Acesso em 20 de out. 2019 .

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. **Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017: 183-193. Disponível em: <[scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00183.pdf](http://scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00183.pdf)>. Acesso em: 22 de abr. 2020.

ILCA, Freitas Nascimento. **Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade.** Dissertação. Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana: 2016. Disponível em: <[https://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Ilca-Freitas-Nascimento.pdf](https://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ilca-Freitas-Nascimento.pdf)>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

IMPERATORI, Thaís Kristisch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 17 de fev. 2020.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da Administração Pública.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010. 182p. : il.

LENOIR, Luciana Santos. **Relações entre qualidade da educação no Brasil e desenvolvimento.** Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Universidade Estadual de Montes Claros, MG. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo6.pdf>>. Acesso em 15 de mar. 2020.

LIZUAKA, E. S. **A política de cotas nas Universidades Brasileiras: como ela chegou à agenda de políticas públicas?** Encontro de Administração Pública e Governança. São Paulo: ANPAD, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG398.pdf>>. Acesso em: 28 de fev. 2020.

MANCEBO, Deise. **Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior.** Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>>. Acesso em: 12 de mar. 2020.

MAGALHÃES, Janaina de Cássia. **Gestão da política de cotas em instituições federais de ensino superior: estudo na Universidade Federal de Goiás.** Dissertação: Programa de Pós-graduação em Administração Pública. Universidade Federal de Goiás: 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9562/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Janaina%20de%20C%C3%A1ssia%20Magalh%C3%A3es%20-%202019.pdf>>. Acesso em: 06 de abr. 2020.

MARINHO, Priscila Gonçalves. **O PNAES na UFC - Campus Fortaleza: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017.** 2017.234f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28694>>. Acesso em 15 de jan. 2020.

MATTEI, Lauro. **As universidades federais nos oito anos de governo do PSDB**. Portal Brasil de Fato: 2014. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/node/30280/>>. Acesso em: 26 de fev. 2020.

MELLO, Marcelo Franca de Faria; SILVA, Fabiana Carvalho; MOURA, Leandro Souza. **A Adoção da Política de Cotas nas Universidades Públicas Brasileiras e sua Repercussão no Ensino Superior do País**. Artigo. Encontro de administração pública e governança. MELO, Josimeire Medeiros Silveira. **História da Educação no Brasil**. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. Disponível em: < <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 12 de jan. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 109p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação superior: UFC debate política de ações afirmativas**. Brasil: 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/212-noticias/educacao-superior-1690610854/3093-sp-2131046082>>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Programas e ações**. Brasil: 2020. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoas>>. Acesso em: 22 de abr. 2020.

MONTEIRO, Marcia Cristina; SOARES, Adriana Benevides. **Adaptação acadêmica de estudantes cotistas e não cotistas**. Revista Brasileira de Orientação Profissional jan.-jun. 2018, Vol. 19, No. 1, 51-60. Disponível em: < DOI: <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p51>>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

NASCIMENTO, Aparecida do Ó. **A política de cotas na Universidade Federal do Ceará: processo de implementação e “cotistas”**. UFC: Mestrado profissional em políticas públicas e gestão da educação superior. 2016. 146 f.

NASCIMENTO, Ilca Freitas. **Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2016. 94 f. Disponível em: < [https://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Ilca-Freitas-Nascimento.pdf](https://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ilca-Freitas-Nascimento.pdf)>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento *et al.* **A Educação Superior no limiar do governo Lula da Silva (2003-2010): políticas públicas educacionais nos marcos da reforma universitária**. Revista em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 15, p. 69-82, 2016.

RIBERO, S. M. *at al.* **Políticas de Cotas no Ensino Superior: percepções de professores e estudantes**. Revista Unimontes Científica. Montes Claros, v. 18, n.1 - jan./jun. 2016. Disponível em: < <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/364>>. Acesso em: 01 de mar. 2020.

ROCHA, Tatiana Evangelista da Silva; SOUSA, Luciene Maria; COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. **Educação superior no Brasil: da criação das Universidades até o Governo Dilma Rousseff**. Artigo apresentado no V Congresso Nacional de Educação: 2018. Disponível em: < [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA3\\_ID5048\\_17092018221051.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA3_ID5048_17092018221051.pdf)>. Acesso em: 26 de fev. 2020.

RUA, M. G. **Políticas Públicas** – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 128p.

SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna; NORBERTO, Aurilena Pereira; RODRIGUES, Sandra Maria Coelho. **O Direito à inclusão: implantação de políticas de ações afirmativas nas IES públicas brasileiras – experiência na UFC**. Revista Pensar, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 136-147, jan./jun. 2008.

SANTOS, Maria Paula Gomes. **O Estado e os problemas contemporâneos**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 142p.

SANTOS, Maria Paula Gomes. **Políticas públicas e sociedade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 100p.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualitas Revista Eletrônica. Vol. 17. Nº 1. 2015. Disponível em: < >. Acesso em 29 de fev 2020.

SILVA, Cristiane Aparecida *et al.* **Política de Assistência Educacional e a Taxa de Sucesso da Graduação das Universidades Públicas Federais**. RBPAAE - v. 34, n. 3, p. 837 - 863, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/86284/51693>>. Acesso em: 12 de mar. 2020.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa para ingresso de negros no ensino superior: formação multinível da agenda governamental**. Revista do Servidor Público. Brasília: nº 69, pg 07-34 abr/jun. 2018. Disponível em: < <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1771/1952>>. Acesso em 15 de fev. 2020

SOUSA, Heloiza; BARDAGI, Marucia Patta; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas. Revista Avaliação Psicológica, 2013, PP. 253-261. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n2/v12n2a16.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

TAVARES, Fernando horta; QUEIROZ, Frederico Henrique Pereira. **Políticas de igualdade racial e social: uma análise da permanência do estudante beneficiário de cotas no ensino superior**. A humanização do direito e a horizontalização da justiça no século XXI. Universidade Federal da Paraíba. PB: 2014. Disponível em: < <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=1e199ccc0d3a8aed>>. Acesso em: 28 de mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Curso de Arquitetura e Urbanismo: informações básicas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1984. 63p.

\_\_\_\_\_. **Anuário estatístico UFC 2018 base 2017**. Fortaleza: 2018. 562p. Disponível em: < <http://www.proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/12/anuario-estatistico-ufc-2018-base-2017.pdf>>. Acesso em 15 de fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **O raio-x da UFC pós-SISU**. Jornal da UFC:

Janeiro/Fevereiro: 2013. Disponível em: <

[http://www.ufc.br/images/\\_files/comunicacao/jornal\\_da\\_ufc/2013/jornaldaufc\\_47\\_2013.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/comunicacao/jornal_da_ufc/2013/jornaldaufc_47_2013.pdf)> .

Acesso em 15 de fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **UFC adotará 50% de cotas já a partir de 2014,**

**decide Conselho Universitário**. Portal da UFC: 2013. Disponível em: <

<http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2013/4207-ufc-adotara-50-de-cotas-ja-a-partir-de-2014-decide-conselho-universitario>>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

VALENTE, Luiz Eduardo Furtado. **O e-mail como ferramenta de comunicação para os gestores da UFC**. Monografia. Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Educação Superior. Universidade Federal do Ceará. 2007. 42p.

VIDIGAL, Robert Lee Borges de Paula. **Opinião pública sobre ações afirmativas: efeitos do afeto Racial, estratificação social, predisposições políticas e Conhecimento político na visão dos brancos**. Dissertação. Instituto de Ciência Política. UNB. Brasília: 2016. Disponível em:

<[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21154/1/2016\\_RobertLeeBorgesdePaulaVidigal.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21154/1/2016_RobertLeeBorgesdePaulaVidigal.pdf)

>. Acesso em: 07 de abr. 2020.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A Educação nas Constituições Brasileiras: texto e contexto**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.88, n. 219, p.291-309, maio/ago. 2007.